



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento

Aérton do Rosário

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Ordem do Dia.— Procedeu-se ao Debate sobre o Estado da Nação, requerido pelo Governo.

Após a intervenção de abertura, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Trovoada) fez o balanço das acções do Governo no ano 2015 e respondeu às questões dos Srs. Deputados.

No debate, fizeram uso da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Felisberto Afonso (UDD), Filomena dos Prazeres (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Vasco Guiva (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI),

Esmaiel dos Santos (ADI), Carlos Correia (ADI), Delfim Neves (PCD), Levy Nazaré (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), José Manuel Costa Alegre (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Ângela Costa (ADI) e Salvador Afonso (ADI).

Na fase de encerramento do debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD) e Abnildo d'Oliveira (ADI) e, por fim, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldo de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel **Barbosa dos Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim **Salvador** Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário **Fernando** Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Fernando da Silva **Maquengo** Freitas
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Jaime Pires Sequeira **de Menezes**
Manuel **Marçal** **Lima**
Maria das Neves Batista de Sousa
Maria de Lourdes Martins do **Sacramento**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de **Pina** dos Prazeres
José Luís **Xavier Mendes**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Jorge Dias **Correia**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, até agora a Mesa não recebeu nenhum pedido de substituição de Deputados. Não há novos Deputados, mas há os que já tomaram posse, daí que não há problema.

Gostaria de solicitar aos serviços para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro e o Elenco Governamental para ocuparem os seus lugares na Sala, antes de começarmos o nosso debate.

Pausa para a entrada do Primeiro-Ministro e dos Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do seu elenco governamental, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, as minhas saudações.

Este Debate sobre o Estado da Nação com o Sr. Primeiro-Ministro tem enquadramento no artigo 228.º do Regimento da Assembleia Nacional. O debate é aberto com uma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, seguem-se as intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados, de acordo com o tempo distribuído pela Mesa, nos termos do artigo 158.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Quanto ao tempo disponível, o Governo tem 95 minutos, o ADI tem 95 minutos, o MLSTP/PSD tem 46 minutos, o PCD tem 14 minutos e o UDD tem 5 minutos.

Antes de encerrar o debate pelo Sr. Primeiro-Ministro, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração por tempo não superior a 5 minutos.

Posto isto, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a sua intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente, Excelência, Sras. e Srs. Ministros, Excelências, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, minhas senhoras e meus senhores: Muito bom dia.

Gostaria, em primeiro lugar, de desejar ao Sr. Presidente, o Eng.º José da Graça Diogo, aos membros da Mesa, bem como às Sras. e aos Srs. Deputados, sem esquecer dos ilustres funcionários desta augusta Assembleia, os meus votos sinceros de saúde e felicidade pessoais e um próspero ano de 2016, na paz e na concórdia.

Aos são-tomenses de dentro, que Vossas Excelências aqui legitimamente representam, e aos de fora, gostaria de estender os meus votos de muita perseverança, para que jamais desanimem ou desistam dos vossos sonhos, e esperança bastante, para que a cada amanhecer deste novo ano que acaba de começar possamos vislumbrar horizontes cada vez mais promissores.

O povo inteiro, o nosso país, as nossas ilhas maravilhosas vivem sob a bênção de Deus. Estamos, por conseguinte, convencidos e convictos de que a sua luz nos iluminará ao longo deste ano de 2016 e para sempre, para que cada um de nós possa encontrar o seu caminho e trilhá-lo com fé e determinação, de modo a transpor as dificuldades que se erguem hoje diante de nós e finalmente encontrar o bem-estar e a felicidade que todos desejamos ardentemente.

Este debate surge numa altura em que os dados das previsões e realizações estão quase todos disponíveis, permitindo assim ao Governo expor o Estado da Nação, as problemáticas e as perspectivas.

Quero, perante todos vós, reafirmar o compromisso do Governo em tudo fazer para que o ano de 2016 constitua um palco de novas conquistas que contribuam decisivamente para a resolução das principais questões que condicionam o progresso económico, social e cultural de São Tomé e Príncipe.

O ano de 2015 não foi um ano fácil ao nível global e muito menos para um país pequeno, insular e frágil como o nosso. 2015, foi para o Governo um ano de grandes dificuldades e profunda preocupação face aos desafios cada vez maiores que se erguem diante de nós, num mundo em que as atenções estão cada vez mais focalizadas em novas problemáticas de uma complexidade inextricável e muitas vezes geradoras de reflexos nacionalistas e identitários pouco propício ao reforço da solidariedade internacional e da ajuda pública ao desenvolvimento.

Fomos, somos e continuaremos ainda durante bastante tempo a ser um país fortemente dependente do exterior. Infelizmente, para agravar ainda o quadro político e económico, o ano de 2015 confirmou a estagnação e até, por vezes, a recessão de economias de países parceiros extremamente importantes para São Tomé e Príncipe, com reflexos significativos em termos contributivos para o Orçamento Geral e a ajuda

orçamental directa e financiamento de projectos de desenvolvimento, fundamentais para a alavanca da nossa economia e a geração de novos postos de trabalho.

No caso de países africanos amigos e produtores do petróleo, a estimativa de receitas foram reduzidas em mais de metade, pela conjugação da queda vertiginosa dos preços, consequência das reservas estratégicas dos países ricos com a taxa de procura, fruto do arrefecimento das economias emergentes da Ásia, nomeadamente a China, segundo parceiro económico do nosso continente e do surgimento da energia proveniente de fontes renováveis.

Enquanto isso, as economias europeias que constituem os nossos parceiros principais, não cresceram ao longo de 2015, em média, mais do que 1,3%, em volume do PIB, contraindo as suas importações.

Importa notar que, de 2008 a 2015, o crescimento do nosso PIB continua a situar-se entre 4% e 5%, o que no contexto nacional não permite ainda a inversão da curva do desemprego. Esta situação é o resultado da nossa fraca capacidade de intervenção no mercado internacional de capitais, reduzindo, desta sorte, a capacidade de financiamento da economia nacional e a sua consequente contracção, em termos reais.

Contrariamente à grande maioria dos Estados africanos, a contribuição do investimento privado no nosso país continua muito abaixo dos níveis de investimento público. Não fomos até então capazes de reformar o suficiente, criar as condições de atractividade e de promover o necessário para que as nossas ilhas se tornem num verdadeiro destino de investimento directo estrangeiro, apesar do indiscutível potencial que possuímos.

Em média comparada com a África subsariana, temos um longo caminho a percorrer até atingirmos a meta desejada para fazer negócios no nosso país, sobretudo no concernente ao registo de propriedade, à obtenção de crédito, à protecção dos investimentos, à burocracia e ao cumprimento dos contratos.

Para alguns, muito poucos, o ano 2015 foi um ano de prosperidade; para muitos, a grande maioria, o ano que findou há alguns dias, foi um ano de muita dor, sacrifícios diversos e dificuldades de vária ordem. Mas foi, apesar de tudo, para o Governo que tenho a honra de dirigir, no geral, um ano de esperança renovada e de algumas mudanças positivas.

É pois com um misto de sofrimento no coração e um olhar crítico e esperançoso, sobretudo naquilo que fomos capazes de juntos fazer ao longo do ano que acabou, que perspectivamos o futuro para mudar definitivamente o nosso destino colectivo e erguer das dificuldades, da miséria, da ignorância, da instabilidade, das intrigas, do arcaísmo, um país moderno, mais solidário, acolhedor, coeso, seguro, onde a sua gente sem distinção de qualquer tipo, possa viver em paz e tranquilidade.

Somos um microestado insular, carente de recursos naturais, que padece dramaticamente de inúmeros constrangimentos resultantes da nossa pequenez e das opções que durante vários anos foram feitas.

A esta condição e aos constrangimentos atrás referidos juntou-se ainda a ausência de uma visão estratégica de desenvolvimento coerente e sustentável agravada por uma prolongada instabilidade político governativa sistémica que prejudicaram sobremaneira a confiança das populações, a credibilidade internacional do nosso país e o seu desenvolvimento.

Com efeito, em 25 anos de democracia, três Presidentes da República conviveram entre outras circunstâncias, com 16 governos constitucionais, uma média de um governo constitucional em cada 18 meses.

O nosso país, sem dúvida, perdeu tempo demais, perdeu oportunidades, perdeu vontades interessadas em fazer coisas, cometeu demasiados erros e desperdiçou recursos. É por todas estas razões que o nosso país segue hoje gatinhando atrás de países com características, à partida, iguais ou piores do que as nossas em 1990, registando, no nosso caso, níveis inaceitáveis de pobreza, de desemprego, de fraqueza institucional e de fragilidade na produção e distribuição de bens e serviços públicos de base.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores: Por todas essas razões evocadas, a preocupação primeira do Governo, logo que assumiu as suas funções, em Dezembro de 2014, foi de repor o País em funcionamento, após uma eleição que marcou o fim de um período de uma profunda crispação política e de pouca eficiência económica, tendo 2014 chegado ao fim com uma taxa de execução de Programa de Investimento Público inferior aos 40%.

O novo governo saído das urnas pagou cerca de 1 milhão de dólares, o 13.º mês, em Dezembro de 2014, e no que respeitava à dívida interna relativa às obras referentes aos anos de 2013/2014, o XVI Governo Constitucional teve de pagar, em 2015, o valor equivalente a aproximadamente 6.5 milhões de dólares americanos, encargo que o OGE de 2015 teve de suportar.

Para além disso, o volume da dívida do Estado para com a EMAE, em finais de 2014, era equivalente a 3.7 milhões de dólares. Durante o mesmo período o montante da dívida de toda a Administração Pública com a CST elevava-se a 2.6 milhões de dólares.

Outra fonte de despesa do Estado e consequentemente de dívida foram as bolsas de estudo. O actual governo pagou no ano transacto, 2015, 7.8 mil milhões de dobras, correspondentes aos atrasos de 2013, 2014 e parte de 2015. Na verdade, em 2015 só nos foi lamentavelmente possível pagar uma única prestação no valor de 3 mil milhões de dobras, estando todas as demais pendentes.

Não menos importantes e significativas são as dívidas com as empresas Synergie e MSF, resultante de uma condenação internacional, na sequência de uma arbitragem, a que fomos julgados culpados, a que se

juntam dívidas com *Price Waterhouse, Sat Insurence, Banco Equador, CIEM, Sociedade Pereira Duarte, Empresa Hidroeléctrica* e indemnizações diversas ao sector económico e da agricultura. Estas dívidas estão estimadas em 293.760 mil milhões de dobras em 2015. Infelizmente, até então este ano só nos foi possível liquidar cerca de 12% do *stock* global desta dívida. Enfim, temos uma enorme dívida com a ENCO SONANGOL cujo valor estima-se em mais de 40 milhões de dólares americano acumulado ao longo dos anos, resultantes do diferencial do preço dos combustíveis no mercado interno e internacional não ajustados até então. Ao longo do ano de 2015, foram liquidadas aproximadamente 7% do valor global da dívida, ao mesmo tempo que com a assistência do Fundo Monetário Internacional estabeleceu-se um plano de amortização da dívida em causa que deverá estar liquidada até 2019.

A segunda preocupação do Governo foi, face ao contexto económico interno e internacional, elaborar o OGE para 2015 de forma participativa, ou seja, construir o orçamento do cidadão com o envolvimento do poder local e das associações, para atender ao máximo as prioridades das pessoas nos seus locais de residência e de trabalho, recolocando as pessoas e a melhoria do seu quotidiano no centro da acção governativa.

Para além de ser hoje uma recomendação das instituições multilaterais, esse mecanismo de construção do orçamento em São Tomé e Príncipe, inaugurado pelo XIV Governo Constitucional, tem sido adoptado por vários países, à escala global, com um índice sempre crescente de satisfação das populações.

Do montante programado do OGE 2015, a taxa de execução das despesas correntes foi de 91%, dados de Novembro de 2015, e de 77% no que diz respeito ao Programa de Investimento Público.

As transferências para os serviços autónomos foram de 77.634 mil milhões dobras para a Região Autónoma do Príncipe, mais 9.6 mil milhões dobras em relação a 2014; a Câmara Distrital de Água Grande, 21.586 mil milhões de dobras, mais 8 mil milhões que em 2014; a Câmara de Cantagalo, 9.8 mil milhões de dobras, mais 2 mil milhões que em 2014; Câmara de Caué, 7.5 mil milhões de dobras, mais mil milhões que em 2014; a Câmara de Lobata, 10.7 mil milhões, mais 4.5 mil milhões que em 2014; e a Câmara de Mé-Zóchi, 14.6 mil milhões de dobras, mais 500 milhões que em 2014.

Recorde-se que as transferências para a Câmara de Mé-Zóchi, em 2015, serviram essencialmente para o pagamento das dívidas contraídas nos anos anteriores, muitas delas objecto de sindicância feita, devido à má gestão dos anos anteriores.

A taxa de execução de projectos públicos por fonte de financiamento reteve a atenção do Governo e apontam para a criação de mecanismos mais eficientes de absorção da ajuda externa, tendo constatado que, para além da fonte de financiamento dos recursos ordinários do tesouro, a taxa de execução rondou, nos últimos 3 anos, 70%, as fontes de financiamento externo, ou seja, os empréstimos ou as doações, têm taxa de execução inferior a 50% nos anos de 2014 e 2013, sendo que os dados de 2015 não foram ainda totalmente compilados.

A problemática do endividamento tem sido encarada com muita prudência, estando a dívida pública total ao nível de 83% do PIB em 2013, 88% do PIB em 2014 e 81% do PIB em 2015.

Convém, porém, dizer que o *stock* da dívida reportado da situação de um país que tem o seu PIP financiado estruturalmente pelo exterior em cerca de 90%, não merece preocupação excessiva, desde que obedeçam rigorosamente aos nossos engagements com instituições internacionais.

O que importa é e será sempre a qualidade da dívida e das despesas públicas, na vertente da criação de riqueza e da redução da dependência aos factores exógenos.

A terceira preocupação foi garantir a coesão social dentro de um quadro de referência assente na concertação social, nas realizações de significativo impacto social e na estabilidade macroeconómica e nas reformas.

Sem dúvida, a instituição do salário mínimo nacional foi uma grande conquista social que pertence ao ano de 2015. A taxa de inflação este ano será inferior a 4% e à luz de 12,8% do aumento salarial da função pública representa um aumento inquestionável do poder de compra real dos trabalhadores, em 2015, a qual se deve acrescentar legitimamente o contributo do 13.º mês pago pelo Governo.

O Código de Trabalho, o reforço da inspecção do trabalho e outras realizações do Sector do Trabalho e da Segurança Social marcaram igualmente o ano.

A implementação da carreira docente no Sector da Educação significou um aumento das despesas públicas no valor de 46.342 mil milhões de dobras, doravante com repercussões nos anos seguintes. Foi engajamento notório do Governo, em 2015, em cumprir com os acordos estabelecidos.

Assunção exclusiva da responsabilidade para com os Grupos de Interesse e Manutenção de Estradas pelo Governo, conhecido também por GIME, depois da interrupção dos pagamentos, após o fim anunciado previamente da contribuição da União Europeia, para além de repor os rendimentos das famílias, representou um esforço orçamental de cerca de 743 000 euros, valor largamente acima, comparado com os 72 000 euros de 2014. Parece aqui oportuno dizer que este esforço do Governo veio garantir a manutenção e a conservação de 807 Km de estradas nacionais, secundárias e terciárias.

As estradas construídas ou reabilitadas em todo o Território Nacional em 2015, representaram 5,97% da rede rodoviária em asfalto, 10,46% da rede em calçada e quase 1% da rede de estradas em terra batida. Em 2015, o abastecimento de água potável conheceu grandes melhorias em certos pontos críticos do País

como o Distrito de Lobata e o norte da capital, designadamente nas zonas do Aeroporto de São Tomé e nas praias Gamboa, Loxinga e Cruz.

A execução de novos sistemas de água da cidade de Neves, bem como da Vila de Ribeira Afonso e Alto d' Ouro estão em curso.

O sistema de Obolongo, que deverá abastecer todo o Distrito de Mé-Zóchi, particularmente o corredor que vem de Cruzeiro, Pau Sabão, Obolongo, Caixão Grande, Margarida Manuel, Palha e, de igual modo, Sã Fenícia, Riba Mato, Almas e Praia Melão arrancará dentro de dias, depois de dois anos de atraso.

O sistema de Santana e Água Izé estão em fase bastante avançada de preparação, devendo o concurso ser brevemente lançado.

Restará a Cidade Capital, cujo sistema de Água Moreira que tem sustentado todo o arredor sul e oeste da capital e que poderá ser objecto de intervenção, sobretudo na vertente das percas que se estima superior ao consumo, logo que possível.

Manteremos firmemente a nossa meta de 2018/2019 para que cerca de 95% da nossa população tenha acesso a água potável. Apesar do fenómeno das mudanças climáticas, manteremos também a melhoria do abastecimento de água em toda a Cidade Capital para essa meta.

No Sector da Electrificação, na rede de baixa tensão e média tensão, o Governo estendeu a EMAE a cerca de 19 localidades e comunidades, muitas delas vivendo na escuridão desde sempre e requalificou 14 outras localidades em rede de baixa tensão, permitindo-lhes melhor qualidade de energia.

As populações de Canavial, Laranjeira, Ribeira Funda, Ribeira Palma, Guéque, Uba Budo, Santarém, Pema-Pema, Portalegre, Malanza, Mateus Angolares, Quinta Verde, Praia Lagarto, Muquiquim, Águas-lama, Melhorada, Ribeira Peixe, Gongá, Cola Grande, Água Izé, Riba Mato, Água Porca, Piedade, Amparo, Lemos Cima, Palha, Sun Pacote, etc., foram beneficiadas e certamente trarão em breve valor acrescentado ao consumo e à economia nacional.

Aplausos do ADI.

Ainda em 2015 arrancaram as obras de extensão da rede em direcção a Santa Catarina, ao Norte, estando previsto atingir Diogo Vaz ainda em Março de 2016.

Aplausos do ADI.

Ao Sul, as obras de extensão iniciarão dentro de dias em Colónia Açoriana e Santa Cecília, devendo atingir São João dos Angolares, única capital de distrital sem ligação à rede da EMAE, antes de Julho de 2016.

Aplausos do ADI.

A capacidade de electricidade disponível passou de 16 Megawatts em Dezembro de 2014 para 22 Megawatts em Dezembro de 2015, com uma previsão de 28 Megawatts até Junho de 2016, ou seja, um aumento de cerca de 75% em 18 meses da oferta nacional de electricidade. Convém dizer que neste ano de 2015, o Governo tomou a decisão de substituir a médio prazo a fonte de produção de energia do País, passando do actual gasóleo para fontes renováveis, designadamente hidroeléctrica solar, podendo ser encarada a possibilidade de energia eólica em alguns pontos do País. Este é um desafio que temos de vencer, se tivermos em conta as fragilidades dos nossos ecossistemas e as vulnerabilidades, as alterações e variabilidades climáticas e a necessidade absoluta de proteger a nossa biodiversidade, a qualidade e as condições de vida do nosso povo e a perenidade das nossas ilhas, enquanto espaço de diversidade e de habitat de muitas espécies endémicas.

Falar de realizações incipientes ou de investimento irrisório, em matéria de estrada, água, electricidade, creche ou sala de aulas, será fazer pouco caso das necessidades básicas de milhares de famílias são-tomenses, constantemente adiadas e ignoradas, para além de descurar da necessidade de dotar o País das condições mínimas exigidas para qualquer desenvolvimento económico.

Uma relação de confiança entre as várias camadas da população e os governantes é o factor essencial da coesão e da estabilidade social, bem como do funcionamento da democracia e suas instituições. Neste capítulo da coesão nacional, dos direitos e da justiça social se inscreveu a acção que conduziu a atribuição da nacionalidade a cerca de 3000 residentes oriundos do espaço da CPLP que estavam em São Tomé e Príncipe à data da independência. E o nosso país viu aprovado o segundo exame periódico universal em matéria de defesa e promoção dos direitos humanos.

Iniciamos também os contactos internacionais visando preparar nas melhores condições a realização das eleições presidenciais de 2016.

O futuro do País, estando assente na juventude, o Governo orientou esforço no sentido de corresponder aos anseios da camada jovem que, para além da angústia sentida relativamente a um futuro profissional incerto, manifesta uma sede nunca dantes vista em relação ao acesso a saber, a informação e as novas formas de lazer.

Assim, o Governo iniciou o seu programa de pontos de acessos livres a Internet, tendo executado apenas 50% dos objectivos programados para o ano de 2015, devido à colaboração única de uma das duas operadoras de telecomunicações estando previstas soluções alternativas para 2016.

A Rádio Nacional passou a estar presente na Internet e a Televisão Nacional aumentou significativamente os seus horários de difusão e a sua grelha de programas.

Foi lançada a construção de seis centros polidesportivos na Região Autónoma do Príncipe e nos Distritos de São Tomé, e reabilitado e modernizado o campo da ex-Sinécia, na capital. Foi restaurado o edifício e instalado o centro de interacção jovem na Vila de Ribeira Afonso, oferecendo aos jovens daquela que é a segunda maior comunidade do Distrito de Cantagalo, um centro de aprendizagem e trocas de conhecimento entre outros.

Sendo a mulher e o homem são-tomenses o destinatário primeiro da acção do Governo, o Sector da Educação não deixou de suscitar a atenção do Governo que tem sido alcançado várias metas no âmbito do programado em 2015, seguindo os quatro eixos principais, ou seja, uma educação e formação de qualidade para todos os são-tomenses sem excepção e o desenvolvimento do ensino superior, técnico e profissional de qualidade, adaptados às reais necessidades do mercado de trabalho. A reafirmação da identidade nacional e o fortalecimento da coesão nacional, o desenvolvimento da capacidade de produção e o conhecimento de inovação tecnológica, a melhoria das capacidades técnicas e dos serviços do Ministério da Educação, Cultura e Ciência.

Pese embora as dificuldades nos dias de hoje em mobilizar financiamento externo para a construção de novas infra-estruturas escolares para o ensino básico e secundário, o Sector da Educação iniciou e completou 12 das 16 obras previstas em 2015. Ao longo de 2016 e dos anos seguintes, teremos que mobilizar novas parcerias de fontes de financiamentos consideráveis para a construção de salas de aulas, de liceus e de centros de formações profissionais de que carecemos cruelmente, bem como a melhoria de quadros docentes e a formação e recrutamento de novos professores.

Igual atenção foi dada ao Sector da Saúde, cuja análise da situação aponta para a inevitável necessidade de mudanças e de reorganização profunda no modo de intervenção dos actores organizacionais do sistema nacional de saúde e nas suas infra-estruturas.

A título de exemplo, o Hospital Ayres de Menezes absorve quase 60% dos gastos de saúde. Dispõe de 64 serviços por sectores, 515 colaboradores dentre os quais, 40 médicos, um psicólogo, 163 enfermeiras, 173 auxiliar de acção médica. O Banco de Urgência dispõe de 49 colaboradores, dos quais um único médico. Os restantes médicos apenas trabalham no Banco de Urgência em regime de piquete. Sendo praticamente nulos os dados existentes sobre os recursos humanos ao nível do Ministério da Saúde e tendo somente iniciado este ano de 2015, o balanço preliminar das contas de saúde de 2012 e 2013, ferramenta fundamental da análise da política de saúde. A reestruturação do sector tem sido mais lenta do que o previsto, com várias acções em curso como a transformação do Fundo Nacional de Medicamentos, a Lei Base de Saúde, a Lei que Cria o Sistema Nacional de Saúde e o novo Centro de Saúde Polivalente de Água Grande sobre a tutela do Hospital Universitário de Taipé, ou a negociação final do acordo de financiamento para a modernização completa das instalações e a criação de novos serviços médicos e de gestão hospitalar no Hospital Ayres de Menezes.

Em 2015, não se verificou roturas graves no funcionamento do actual sistema nacional de saúde. Pese embora os níveis de ineficiência habituais continuarem elevados, várias actividades tiveram lugar em termos de infra-estrutura, formação, abastecimento de medicamentos e consumíveis, campanhas de prevenção, sensibilização e organização. É forçoso notar que as evacuações sanitárias para o estrangeiro resultantes das juntas médicas custaram ao País, em 2015, 500 000 dólares americanos, não sendo contabilizado o valor pago pelas autoridades portuguesas que recebem os nossos doentes. Ao mesmo tempo as transferências para a nossa embaixada em Portugal para apoiarem os doentes evacuados para aquele País, subiu para 350 000 dólares norte-americanos, tendo registado neste ano um aumento mensal de 50%, obrigando a um esforço mensal de 30 000 euros, ao invés dos 20 000 euros anteriormente transferido.

Em suma, o Governo reconheceu que a saúde dos são-tomenses é um activo essencial que não pode sofrer economias e está engajado na melhoria da gestão rigorosa dos recursos disponíveis e da forma de organização do sector, as mais adequadas, tem de ser uma realidade mais cedo possível.

Excelências, não obstante o Governo ter plena consciência da transversalidade das doenças e dos comportamentos que acabam por originar despesas de saúde, como a qualidade da água, o lixo e os maus comportamentos nas vias rodoviárias ou a violências domésticas, agir sobre todos esses factores melhorará a saúde dos nossos compatriotas e reduzirá o custo elevado da saúde pública que hoje todos pagamos.

No que diz respeito aos comportamentos, à protecção civil e à segurança pública, depois de 2 anos em que a mesma padeceu da taxa de execução orçamental do PIP baixa na ordem 11% em 2013 e 8% em 2014. Em relação ao programado, o Governo, em 2015, reforçou o apoio ao sector, em termos de recrutamento, treinamento, equipamento, entre os quais se distinguem seis viaturas de combate ao incêndio, uma das quais para a Região Autónoma do Príncipe, novas motas e carrinha de patrulha e a conclusão de vários edifícios, para os comandos distritais, entre outros.

Esforços idênticos foram feitos ao nível da segurança aeroportuária, bem como de todo os serviços que concorrem para a manutenção da paz e da segurança no Território Nacional, aumentando também o nível

da cooperação internacional no combate as várias formas de criminalidade transnacional, nomeadamente com a República de Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

A capacidade de patrulhamento e de defesa do nosso território marítimo também foi acrescido, entre outros com a recepção de duas lanchas patrulhas e de três vedetas rápidas de intersecção que já estão a caminho do País. Assim, com a possibilidade de beneficiarmos de patrulhas aéreas com um avião de tipo P3 e o início do segundo curso de fuzileiros navais, reforçando a cobertura territorial das forças armadas de São Tomé e Príncipe.

Excelências, o sector tradicional da nossa economia, ou seja, a Agricultura mereceu uma grande atenção do Governo, considerando que se trata hoje de um sector com o maior impacto na economia social e na redução da pobreza...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, apenas uma pequena interrupção. Quero informar-lhe que o seu tempo de intervenção excedeu, mas tendo em conta que o Governo dispõe de 95 minutos, é uma questão de gestão, caberá ao Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pronunciar sobre isso. Qual seria o procedimento?

Uma Voz: — *Falou com microfone desligado.*

O Regimento fala em 30 minutos sim, mas o Governo tem 95 minutos. Explico porquê. Já aconteceu cá nesta Casa Parlamentar, no passado, em que o Governo pode utilizar o seu tempo para fazer mais intervenção.

Tem a palavra o Líder do Grupo Parlamentar do ADI, o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bom dia. Tendo em conta que o Governo tem o seu tempo que é 95 minutos pode muito bem aproveitar esse mesmo tempo e será descontado na sua intervenção. Isso faz-se em qualquer outro Parlamento do Mundo.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — *Falou com microfone desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é só para lhe esclarecer que está no Regimento, mas não é taxativo. Na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro, que ainda tem mais coisas para dizer, pode muito bem continuar, uma vez que ainda dispõe de 95 minutos. É tão simples como isso. O Regimento diz «...não podendo exceder...», o que não quer dizer que não possa exceder.

Murmúrios e risos do Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD).

Sr. Deputado, não vou entrar em diálogo consigo. Aqui nesta Casa Parlamentar já aconteceu coisas do género e não vejo por que razão não devemos permitir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para ajudar. Penso que estamos a tratar de um assunto muito importante para a vida do País, o Sr. Primeiro-Ministro ainda está no uso da palavra. O Regimento é claro, mas se há essa flexibilidade de forma que o Sr. Primeiro-Ministro termine a sua intervenção, peço que também seja extensiva a intervenções de outras bancadas.

Estamos de acordo.

Uma Voz: — Se houver algum tempo acumulado, não há problema.

O Sr. **Presidente**: — Apenas descontaremos no tempo acumulado. Daí que não há excesso nenhum.

O Sr. Primeiro-Ministro pode continuar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apesar dos progressos notórios alcançados em 2015, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural necessita, sem a sombra de dúvidas, de reforçar as suas capacidades, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos e meios técnicos para melhor apoiar os pequenos agricultores, na luta contra as pragas no domínio da hidráulica e da irrigação. A capacidade do Ministério em controlar e coordenar os vários projectos financiados pelos nossos parceiros constitui também uma prioridade do Governo, de modo a conferir a maior celeridade aos processos, evitar a duplicidade e reduzir ao mínimo os desperdícios.

À luz da execução sectorial em 2015, o Governo constatou que a apropriação por parte dos agricultores por parte das infra-estruturas em meio rural continua deficiente; que a pecuária tem de ser objecto de maior esforço em termos de investimento em infra-estruturas, meios humanos e enquadramento legal, para que esse sector possa proporcionar uma maior contribuição para a economia nacional, mormente nas vertentes da suinicultura e da avicultura.

Os Centros de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Rural, bem como o CIAT e o CATAP, devem ser impelidos a uma maior contribuição na melhoria dos nossos resultados no domínio das culturas alimentares e de exportação, particularmente o cacau, o café e a pimenta.

Face às mudanças climáticas e apesar da abundância de água no nosso país, a nossa agricultura é bastante tributária a disponibilidade desse produto. Implicará por isso evoluir rapidamente para as formas de irrigação modernas e mais amigas do ambiente, bem como o uso mais racional das águas disponíveis, através de retenção das águas fluviais e até mesmo dos rios. Contactos para o estudo e o financiamento consequente de uma política de irrigação e conservação das águas de superfície e tratamento das águas usadas foram encetados em 2015. Para tanto, o Departamento Central do Estado encarregue da agricultura e do desenvolvimento rural tem de reassumir, em toda a sua plenitude, o seu papel de autêntico autor de controlo e principal impulsionador da política agrícola do Estado neste domínio, papel há muito disputado com um sem-número de projectos autónomos, mas financiados com recursos de Estado e que agem muitas vezes como se de outro Estado se tratasse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas constatações que nos interpelam para um maior controlo dos investimentos públicos e optimização das políticas públicas, não apagam a grande deficiência estrutural da nossa economia, consubstanciada num fraco e quase inexistente tecido empresarial, salvo no domínio de pequeno comércio retalhista.

O motor da actividade económica continua ainda alimentado pelo Sector de Construção e Obras Públicas, para o qual o Governo tem-se desdobrado na elaboração de modelos de financiamentos sustentáveis, tais como as parcerias público-privadas e os fundos de investimentos, com vista a proporcionar um efeito de alavanca, com a criação entre outros de um fundo imobiliário do Estado aberto aos investidores estrangeiros institucionais. Mas é bom reafirmar que a posição do Estado na economia, em geral, confinar-se-á sempre a de um regulador, mesmo tendo a consciência de que nesta fase o Governo ainda tem de chamar a si o papel de impulsionador da economia.

O empreendedorismo, salvo no âmbito da juventude, a promoção do sector privado, o fomento e a criação de empresas indústrias com ênfase para agro-indústrias não beneficiaram do financiamento em 2015, por parte do Tesouro Público, o que coloca a questão da pertinência da mobilização mais recursos para financiamentos das actividades privadas. Pois, na verdade, o Estado deve ser um facilitador que cria as condições para que um dos agentes possa jogar em toda a sua plenitude o seu papel. Neste sentido, não deve ser o Estado a financiar directamente o sector privado, nem tão pouco substituí-lo na prestação das devidas garantias.

Compete ao Estado uma tarefa de fomento, de regulação, de promoção, utilizando as ferramentas legais, a fiscalidade, a definição de políticas de garantias, através dos sistemas judiciais dos direitos de cada um e de todos colectivamente.

Foi assim que o Governo assinou, em 2015, uma linha de crédito bonificado de 10 milhões de euros com Portugal, para que as parcerias ao nível da mini e micro indústria, entre empresários portugueses e são-tomenses possam ser efectivas a partir de 2016. Nesta perspectiva e salvo o caso referido anteriormente, os bancos e todo o sistema financeiro tem um papel de primeira grandeza a jogar na economia, providenciando aos agentes económicos os recursos de que necessitam para a materialização dos seus projectos. Esse papel é tanto mais importante quando se sabe que as empresas locais não dispõem de qualquer capacidade de auto financiamento, sendo obrigadas a recorrerem a fontes externas. Do mesmo mal padecem as famílias que não dispõem de rendimento que lhes permitem uma acumulação suficiente, tendo igualmente de recorrerem aos bancos para satisfazerem aos consumos básicos, mormente no que respeita a habitação, equipamentos domésticos, entre outros. Esse papel do banco implica risco que importa identificar, ponderar e mitigar. Neste particular, os Tribunais assumem um papel fundamental na recuperação de crédito em mora ou mal parado, através de mecanismos mais céleres e simplificados de execução das garantias e de resolução de litígios comerciais que afectam um regular funcionamento dos sistemas financeiros.

Ora hoje, tal ainda não se passa dessa forma, a morosidade e a complexidade processual às quais se juntam as custas e honorários, constituem a regra que bloqueia todo o sistema. Torna-se, pois, absolutamente necessário romper esse círculo vicioso que impede o desenvolvimento da nossa economia. Face a esta situação, o sector financeiro, liderado pelo Banco Central, iniciou várias acções, tais como: a elaboração da lei de resolução bancária, a lei base de micro finanças e actividades de micro crédito, a criação de uma central única de registos de garantias e a criação de novos produtos financeiros. Enquanto isso, o Governo, consciente da importância do desenvolvimento do mercado obrigacionista para a gestão da dívida pública e o desenvolvimento do mercado financeiro, tem empreendido várias outras acções, dentre as quais destacamos: a emissão dos primeiros bilhetes de tesouros como instrumento de harmonização dos padrões do consumo do Governo e aliviar a queda cíclica de receitas e também sendo uma forma de influenciar a taxa de juro de mercado, oferecendo uma taxa de juro para os bilhetes de tesouro de 6,2% por ano. Contudo e na opinião de vários relatórios de peritos internacionais, os Tribunais e o sistema judicial assumem uma grande responsabilidade no que respeita a reforma jurídica e processual, para uma maior atractividade e o desenvolvimento dos negócios e a mitigação dos riscos.

Nesse capítulo, as relações institucionais com o órgão judicial têm permitido uma melhor compreensão do âmbito das reformas pretendidas e que no entender do Governo marcaram o seu início com a inspecção aos Tribunais e ao Ministério Público, passo indispensável para a apreensão da amplitude dos problemas, das carências e dos meios necessários, para a construção de um aparelho judicial que esteja alinhado com as exigências de um mundo moderno sofisticado das relações contratuais entre os diferentes protagonistas nacionais e estrangeiros. Para o efeito, para o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, o esforço financeiro do Governo ultrapassou 1.9 milhões de euros em 2015, incluindo salários, investimentos, emolumentos em dívida e as actividades de inspecção atrás referida.

O Governo considera necessário incrementar ainda mais o apoio financeiro ao sector judicial, esperando, em contrapartida, resultados palpáveis, na segurança jurídica, na celeridade processual, em suma, na qualidade da justiça, para que possamos todos beneficiar de um clima de negócio gerador de riquezas e sobretudo de empregos e que não seja repulsivos e desencorajador.

O Sistema Financeiro, Judicial, os Registos e Notariado a Administração Fiscal, o Sistema de Licitação dos Mercados Públicos e os Cadastros terão que abraçar com consciência e responsabilidade a necessidade de reforma e modernização, sem esquecer o contributo indispensável do órgão legislativo.

Excelências, minhas senhoras e os meus senhores: Sem uma economia que funciona, nada será possível e ninguém poderá responder a tantas solicitações e expectativas.

Como tem sido a tradição no nosso país, toda gente espera pelo Orçamento Geral do Estado. Os Deputados, os funcionários do Estado, as grandes empresas de obras públicas, os bancos, os comerciantes, enfim. Todos esperam pelo dinheiro que sai da Direcção do Orçamento e do Tesouro, para resolverem os problemas quotidianos e sobretudo viver e realizarem as suas ambições para o económico. Mas quantos perguntam a si mesmos o que podem dar ao Estado e o que deve esperar deles? Quantos se preocupam em reduzir os encargos do Estado? Quantos se perguntam como sustentar as despesas, o conforto e o estatuto, as reivindicações corporativas, quando dependemos quase exclusivamente da boa vontade do exterior, através de países e organizações estrangeiras? Quantos se preocupam com a eficiência e a eficácia dos nossos gastos públicos? Qual é de facto o nível da nossa consciência colectiva, em relação à sustentabilidade do nosso Estado? As nossas incongruências são demonstradas todos os dias e de várias maneiras, uma delas no capítulo da despesa com o pessoal da função pública, em que as horas extraordinárias do Sector da Educação representam 107% da remuneração de base dos próprios professores e 88% da remuneração de base do Sector da Saúde. As horas extraordinárias, em relação aos salários, nunca se situaram abaixo de 50% do global geral da função pública nos últimos três anos. Por outro lado, podemos questionar o que esperar, por exemplo, de um director-geral da administração do Estado que ganha menos de 300 euros por mês, incluindo os subsídios. Mas será que estamos em condições de pagar mais? Será que as horas extraordinárias correspondem ao trabalho extraordinário efectivo? Será que pagando tão pouco os responsáveis e pessoal altamente qualificado alcançaremos os resultados tanto almejados. Perante este cenário, será que temos pessoas certas em lugares certos? É a hora de colocarmos sobre a mesa todas estas e outras questões que aqui não enumerei, para que possamos apreender o estado real da nossa economia e das nossas finanças públicas, de modo a que cada um saiba o que pode justa e honestamente exigir ao Estado e o que pode e deve fazer para que o Estado possa satisfazer às exigências e necessidades daqueles que por motivo de vária ordem não podem contribuir ou deixaram de contribuir.

A arrecadação fiscal, em 2015, foi de cerca de Dbs. 457. 562 mil milhões de dobras até o dia 11 de Dezembro de 2015 para os impostos cobrados, ou seja, 87,67% do nível de cumprimento, o que representa um crescimento de 12,64%, em relação ao ano anterior para o mesmo período.

As receitas aduaneiras cresceram 6%, em relação ao ano de 2014, numa conjuntura de baixa das importações em volume de carga e de uma estabilização do crescimento económico à volta de 4,5%, devido ao início tardio da execução dos investimentos públicos e do arrefecimento da economia mundial.

As dívidas da ENCO para com as Alfândegas ascenderam ao valor de 101 mil milhões de dobras até 7 de Dezembro de 2015, o que afecta a execução do sector aduaneiro previsto no OGE de 2015. Mas, minhas senhoras e meus senhores, devemos ir ao fundamental. O valor das nossas exportações continua a situar-se, em bom ano ou mau ano, com chuva ou sem ela, por volta de 2 milhões de euros. As receitas do fisco são aproximadamente no valor de 20 milhões de euros, quando precisamos de cerca de 150 milhões por ano para fazer face às nossas necessidades básicas e 2015 não fugiu à regra. De todos os pequenos Estados insulares, temos o PIB *per capita* mais fraco depois das ilhas das Comores; mais de duas vezes inferior ao PIB *per capita* de Cabo Verde e mais de oito vezes inferior ao das ilhas Seychelles, o mais pequeno país do nosso Continente, por conseguinte, menor que as nossas ilhas e sem recursos minerais. Essas constatações convocam-nos a todos para mudanças radicais, quer individualmente quer colectivamente. Estou convencido que teremos margens de manobra, mas que teremos que efectua-las imediatamente, antes que seja tarde de mais.

Minhas senhoras e meus senhores, temos imperativamente de mudar de paradigma, trabalhar mais, alterar as atitudes face ao trabalho e introduzir uma cultura de responsabilidade.

O Partido ADI que sustenta o Governo assim o admitiu quando solicitou o voto popular. Por isso, no Parlamento, terá de continuar a apoiar a política reformista do Governo.

O Governo, por seu lado, terá que ser bastante criativo, combativo, convincente e credível, para mobilizar os indispensáveis meios humanos e financeiros por parte dos nossos parceiros, para reformularmos os nossos modelos, reformar, formar e motivar uma administração e novo tecido socioeconómico. O lugar da juventude, da alternância, da mobilidade, da competência, do mérito e da assistência técnica estrangeira tem de ser assumido definitivamente na nossa administração.

Em 2015, iniciámos efectivamente essa mudança de paradigma. Não se tratou de uma mera opção, trata-se de um imperativo incontornável. No entanto, para efectivar essa mudança o sector privado tem de tomar a dianteira do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, mudar de paradigma significa, para o Governo, abrir o País ao mundo e às oportunidades.

Face a esta situação estrutural e inaceitável da nossa economia e cada vez mais insustentável a curto prazo, o Governo pretendeu, em 2015, continuar a promover os activos nacionais e fundamentais da nossa economia, ou seja, agricultura na perspectiva de alimentação para o povo, a pesca na perspectiva de uma prática semi-industrial e a economia verde arquipelágica a única saída realista para o nosso desenvolvimento económico, ou seja, o desenvolvimento económico sustentável a longo prazo, assente numa agenda de transformação, para tornar o nosso país em um pólo de negócio no Golfo da Guiné até o ponto de se tornar num prestador de serviço preferencial na sub-região.

Inúmeras acções de promoção do País e da atracção de investimento estrangeiros foram realizadas, tal como a participação de São Tomé e Príncipe na Expó Milão de 2015, a celebração da semana nacional de turismo, a participação nas feiras internacionais de Lisboa, Berlim, Londres e Taiwan, o reforço de capacidade de quadros técnicos em diversos domínios, a isenção de visto turístico a produção de guia do investidor, a normalização das relações com a organização mundial do turismo, o relançamento das actividades da comissão nacional de negociação, entre outras acções, sem esquecer o novo código de investimento e de benefício fiscal e o relatório sobre o ambiente de negócio.

De todas as iniciativas do Governo em matéria de promoção e de atracção dos investimentos estrangeiros, a mais significativa em termos estratégicos, estruturantes e de resultados esperados foi sem dúvida a Conferência Internacional sobre o Investimento em São Tomé e Príncipe, denominada STeP in, em Londres, em 2015. Este evento que mereceu o reconhecimento internacional foi unanimemente considerado como um evento bem-sucedido. Frente a mais de 80 empresas oriundas do mundo inteiro e mais de 40 parceiros de desenvolvimento, o Governo apresentou a comunidade dos investidores e aos nossos parceiros habituais e potências de cooperação uma visão clara, ambiciosa e objectiva do desenvolvimento do País e do seu posicionamento económico no horizonte 2030, de forma a garantir a sua sustentabilidade económica, assente numa agenda de transformação e oportunidade insondáveis para o investimento privado estrangeiro.

A agenda de transformação, na sua primeira fase 2016-2019, que não passa de uma derivação de Programa do XVI Governo Constitucional e que integra os 17 objectivos do desenvolvimento sustentado para 2030, passou a ser um instrumento de referência para a comunidade internacional e de adequação dos financiamentos externos às nossas ambições, sendo um marco de uma nova atitude de um Governo que diz claramente o que quer e sobretudo o que não quer.

Para as expectativas do sector privado internacional, o investimento directo estrangeiro será mais efectivo, quando os portos marítimos e aéreos estarão na fase de implementação efectiva e a infra-estrutura legal e fiscal, baseada no modelo de *doing business easy*, estará estabelecida. Para tal, fixamos uma meta de 4 anos, ou seja, 2019. Mas todos os passos quotidianos possíveis, se feito nessa direcção e com vista à materialização da agenda, não podem ser poupados ou atrasados, serão critérios do aumento da confiança no País e da credibilidade nos seus dirigentes.

Os objectivos primeiros de mobilização das atenções foram alcançados em 14 e 15 de Outubro de 2015, e 2016 será o ano de materialização das intenções, primeiro garantindo o financiamento do OGE 2016 e depois reorientando a carteira do projecto em curso e novos projectos, conforme a agenda de transformação.

Em seguimento, está em curso com agendas de trabalhos já estabelecidas com vários parceiros, instituições financeiras desses países para o primeiro trimestre de 2016, entre outros, o Banco Mundial (BM), o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD), o Banco Europeu do Desenvolvimento (BED), o BADEA, o Fundo kuwaitiano para o Desenvolvimento, o Governo da Malásia, que nos inscreveu recentemente na lista dos países beneficiários de ajuda, Países Baixos, Portugal, com o novo programa estratégico de cooperação a ser assinado, Brasil, Marrocos e Argélia e vários outros parceiros com a agenda a definir a partir do segundo trimestre do corrente ano.

O maior desafio tem sido, como terão percebido, o de recursos humanos e veículos eficientes na concepção e na execução de projectos e, sem dúvidas, o de ter um instrumento estatístico e de informação que nos proporcione os dados atempadamente e com a segurança científica exigida. Essas matérias têm concentrado as atenções do Governo e dos parceiros multilaterais, nomeadamente o BAD, o Banco Mundial e o Sistema das Nações Unidas, porque delas dependem muito o nosso sucesso ou insucesso.

Em 2015, reforçamos a capacidade da Direcção de Administração Pública, da Inspecção Geral das Finanças, das Alfândegas, da Direcção do Orçamento e da Contabilidade Pública, o esforço terá que continuar.

As modificações introduzidas na Lei 5/97 da Função Pública, entre outras alterações, certamente ajudarão no desempenho do Governo, bem como a decisão de criação de novas agências de execução de políticas públicas que deverão recrutar mais talentos nas frentes da cooperação internacional, da promoção e do acolhimento do investidor, da imagem externa, das políticas do ambiente, das fiscalizações das obras e da governação electrónica. Mesmo assim, nada poderá substituir a necessária e indispensável determinação da grande maioria dos são-tomenses em assumir plenamente o seu futuro com realismo e todas as suas implicações, a primeira das quais a mudança de atitude perante a coisa pública, a união em torno do essencial, a auto estima e o amor pelas coisas bem-feitas.

Neste contexto, a frente externa foi em 2015 e continuará a ser da maior atenção para o Governo. Em 2015, conhecemos um diálogo reforçado com todos os países que estabeleceram connosco relações diplomáticas, dos mais antigos aos mais recentes. Vários países receberam delegações nacionais, a nível do Chefe do Estado, do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo ou a nível ministerial e as nossas ilhas receberam várias delegações de países amigos, a nível de chefes de Estados, chefes de Estados e de governos, primeiros-ministros e chefes de governos, vice-presidentes e vários ministros, sobre vários formatos protocolares.

São Tomé e Príncipe, teve uma participação activa, em 2015, em vários fora, o que contribuiu para maior divulgação do País e estabelecimento de novos contactos, como foi o caso da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentado, na sede das Nações Unidas, em Setembro de 2015, na Cimeira Índia/África, em Outubro, e na COP 21, em finais de Novembro, em Paris.

Sr. Presidente, ilustres presentes, minhas senhoras e meus senhores: atento a tudo que atrás dissemos, fica mais claro para todos a importância que tem as relações exteriores e a política externa do País para a concretização das nossas ambições. A política externa é única e deve estar perfeitamente alinhada com a visão 2030 e os objectivos do desenvolvimento sustentado, assumido consensualmente por todos os membros das organizações das Nações Unidas.

Ficaram igualmente mais claras as debilidades da nossa economia e a importância do recurso externo para seu funcionamento quotidiano e crescimento. Um dos paradoxos do nosso posicionamento internacional, para além de pedir tudo a todos, reside, entre outros, em mais de 10 milhões de dólares americanos de quota que devemos, algumas delas desde 1999 para organizações internacionais de que necessitamos e também para aquelas que não necessitamos.

Não existe em São Tomé e Príncipe acumulação de capital nem a nível de Estado, nem a nível privado ou das famílias. Por conseguinte, o nosso país tem de privilegiar acções e estabelecer prioridades nas relações externas para interagir com a economia internacional de forma a garantir a mobilização de recurso suficiente para fazer face às necessidades de financiamento da sua agenda de transformação e desenvolvimento. Pois será sempre sobre esses aspectos concretos que assentará a nossa política externa e de mobilização que deverá de forma coerente reflectir a nossa prática interna.

Não gostaríamos de concluir sem dizer uma palavra sobre o petróleo que constituiu durante vários anos motivos de esperança, de antecipação e procura em termos económicos e financeiro. O Governo continua a trabalhar afincadamente tanto na Zona Económica Exclusiva como na Zona de Desenvolvimento Conjunto, com vista à extracção de petróleo que todos aguardamos esperançosos que venha acontecer, tendo assinado contrato de exploração e partilha de produção com empresas conceituadas no sector.

A verdade, porém, é que não temos indicação tanto de uma zona como na outra que tal venha a acontecer a breve trecho, sobretudo num contexto actual de baixa significativa do preço desse produto em que todas as previsões apontam para a manutenção dessa baixa por um longo período ao mesmo tempo que a produção de energias alternativas vem ganhando cada vez mais espaço com ganho significativo, quer para o ambiente, quer para a balança de pagamento de países como o nosso que são importadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: a democracia tem essa grande virtude de transformar no espaço de uma eleição o poder de ontem na oposição de hoje e vice-versa.

O XVI Governo Constitucional que tenho a honra e o privilégio de dirigir não pretende ser mais um Governo. Como se terão apercebido este Governo quer uma mudança efectiva e positiva na vida da Nação, estando aberto a todas as contribuições de todos os sectores da vida nacional e as todas formas de inclusão, no sentido de nos fazer avançar com uma pisada célere, segura e democraticamente assumida.

O nosso país, apesar da sua pequenez, está idealmente posicionado, num contexto geográfico económico invejável e dispõe de importantes e significativos trunfos que nos ajudarão a vencer.

Todos os poderes têm uma legitimidade, um âmbito de intervenção e uma duração limitada no tempo, findo qual devem ser submetidos ao escrutínio popular que os validará ou recusará.

Por isso, na democracia e na governação, tudo tem um tempo, o seu tempo, e ele não se compadece com a precipitação e deve obedecer a um cronograma de acções coerentes e sistematizadas. Por isso ainda, o contraditório, o diálogo, a busca de consenso, o respeito pelo direito de oposição e da minoria não podem sobrepor-se permanentemente ao da maioria, nem podem constituir um freio sistemático e propositado à acção do Governo.

A acção crítica e legítima daqueles ou daquele cujos programas foram rejeitados nas urnas não pode exclusivamente ter como condão a finalidade última a destruição da acção do governo e da sua queda ou ainda a destruição da imagem do País.

A crítica deve servir para construir e sempre na estabilidade. As receitas e atitudes do passado jamais poderão voltar a funcionar. Os ódios e as rivalidades pessoais alimentados doentamente a décadas por uma gentinha parada no tempo já não interessa a ninguém, sobretudo quando vivemos num país com mais de 65% do seu habitantes jovens e nascidos em democracia; um país com mais de 97% da população com o mínimo 6.^a classe de escolaridade; um país com cerca de uma linha de telefone móvel por habitante, com acesso e utilização das redes sociais em crescimento exponencial, com uma taxa de conta bancária *per capita* das mais elevadas para as economias semelhantes; um país, enfim, em que cerca de 1/3 dos seus habitantes vivem em países mais desenvolvidos que o nosso, maioritariamente país europeu como Portugal e Inglaterra e está em contacto diário com a nossa realidade. Esse país que é de todos nós exige resultados palpáveis, progresso e transformação e esta a missão que o XVI Governo pretende cumprir nesta legislatura até 2018.

Nada se consegue na vida sem trabalho sério, sem dedicação, sem perseverança, sem coragem e sem os outros e o respeito pelos outros. E como diziam os pais fundadores da República, unidos venceremos!

Viva São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, acabamos de ouvir a apresentação do Sr. Primeiro-Ministro. Gostaria de dizer que está aberto o debate, pelo que convido as Sras. e Srs. Deputados a colocarem as suas questões ou a apresentarem as preocupações que têm. Mas antes queria apresentar a informação sobre o tempo. O Governo tem 68 minutos, O ADI tem 95 minutos, o MLSTP/PSD tem 46 minutos, o PCD 14 tem minutos e UDD 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Consgo dominar a minha ignorância. O Governo fez a sua intervenção, é o trabalho do Governo, mas eu, Felisberto Afonso, Deputado da Nação, estou dentro da realidade deste país e não vou-me intimidar totalmente com esta intervenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A maior guerra no mundo é a fome, em qualquer país do mundo. Enquanto 75% deste povo vive na miséria, com grande desemprego, não haverá desenvolvimento. Com emprego e dinheiro para ter pelo menos duas refeições por dia, consigo esperar a energia, mas com fome morro e não consigo ver a energia, apesar de que faz falta para a nossa sobrevivência.

A situação do povo está cada vez mais péssima e o Governo tem que decidir. Vivo no meio do povo e enquanto este povo não tiver solução para a sua sobrevivência, não haverá solução.

Protestos do ADI.

Estamos numa miséria extrema e frustração neste país.

Todos nós empreendedores, os jovens empreendedores, os empresários e médios empresários, que investimos à nossa custa, não à custa do Governo, não podemos colher, porque a maior parte de jovens estão desempregados e frustrados. O Governo tem que arranjar uma solução. Disse que é amigo dos jovens, da população, temos 50% das terras desabitadas e é preciso trabalhá-las. O Governo é gestor, é quem deve fazer a gestão, então deve dizer ao povo o que tem para fazer, mas o Governo faz mais política externa do que interna, o que é uma coisa negativa.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Hoje as pessoas da 2.^a e 3.^a idades não são citadas pelo Governo, só se fala em jovem. Vai-se às zonas e vê-se as pessoas da 3.^a idade com a mão no queixo, porque não conseguem criar uma galinha, um pato, um cabrito ou um porco, por causa do vandalismo. Não se consegue trabalhar. Não vou dizer que o País está bem. Quem diz que o País está bem é inimigo do povo.

Protestos do ADI.

Quem diz que o País está bem é inimigo do povo e está a procurar sobreviver à custa do Governo. Eu não quero viver à custa do Governo. Quero viver à minha custa, à custa do meu trabalho. Há uma política de casca de banana madura para cada um safar a sua vida. Não queremos essa política.

O Governo inaugura chafarizes com água, mas depois de 2, 3 semanas a água não corre. Que política é essa? Vamos buscar pessoas que sabem trabalhar!

Não me vou intimidar com a intervenção do Governo. O País não está nada bem. Temos 190 000 habitantes e é triste que não poderemos trabalhar para toda gente comer. É um país desorganizado, não tem ordem, disciplina e trabalho. O Governo é que deve pôr ordem, investir no País e dizer às pessoas que trabalhos há para fazer.

Sendo um Governo eleito com maioria absoluta, porquê que tinha medo de vir à Assembleia prestar a contas.

Murmúrios.

É aqui na Assembleia que podemos discutir, para o Governo saber o que se passa.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Sras. e Srs. Deputados, está aberta a inscrição, não temos mais inscritos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, começaria por desejar a todos um ano de 2016 próspero, cheio de disposição para trabalhar, muita saúde e tudo de bom.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente a sua explanação e pude ver que relativamente ao sector energético, de acordo com as promessas do Governo para a Região Autónoma do Príncipe, deixa um pouco a desejar. Não tivemos ganhos.

Pude ver que em São Tomé houve ganhos significativos relativamente à energia, mas no Príncipe tivemos retrocesso. Queria mais uma vez pedir que não houvesse discriminação em relação ao Príncipe, porque quando o Secretário da área energética do Príncipe tem uma conversa com o Director da EMAE em São Tomé e o director diz que ainda não é necessário haver energia 24 sobre 24 horas no Príncipe, porque há distritos em São Tomé que não têm energia 24 sobre 24 horas, acho isso muito mau. Não podemos estar a vir todas as vezes à Assembleia reclamar energia para o Príncipe, sabendo que não podemos comparar a Região Autónoma do Príncipe com um distrito de São Tomé, onde a qualquer momento podemos pegar num transporte e chegar aonde queremos.

A segunda questão é relativamente à ligação área Príncipe/São Tomé. Queria pedir encarecidamente ao Governo que visse com olhos de ver essa ligação, porque de facto toda gente tem consciência que está mal, está muito mal.

Ainda na quadra festiva do Natal tivemos um problema sério. O avião teve problemas e ficamos bastante tempo sem ligação. Os turistas queriam voltar aos seus países e não puderam fazê-lo. É bom, em 2016, que se resolva essa questão de uma vez por todas, porque é deverás agravante e a população da Região Autónoma do Príncipe está de olhos postos nas promessas e na resolução dos problemas candentes que vêm sofrendo.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente José Diogo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Obrigado à Mesa, um bom dia a todos rapidamente, porque o tempo não permite muita cortesia.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, inicialmente, quando tomei conhecimento deste debate, vinha com algumas preocupações, mas ao ouvir o discurso de Vossa Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, fui obrigado a alterar algumas questões, apenas para fazer algumas referências.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro se referia à questão de melhoria que se verificou na comunicação social são-tomense, relativamente à Rádio e Televisão, queria aqui dizer-lhe, em primeiro lugar, que tenho uma grande dificuldade em denominar estes dois sectores. Já nem sei se dá para dizer que a Televisão São-tomense e a Rádio Nacional são de todos nós. A forma exagerada como se vai censurando os partidos da oposição na comunicação social que deveria ser do Estado e que infelizmente nesse momento não é, não sei se seria o caso de mudar o nome desses dois órgãos da comunicação social. Até venho com algumas propostas, porque se fosse Televisão São-tomense, então todos teríamos direitos, de acordo com aquilo que está plasmado nas diferentes leis, o Estatuto do Partido da Oposição, a Lei de Imprensa e muito mais. Da forma como está, era melhor, se calhar, a Televisão passar a ter outro nome. Já era TVE (Televisão

Experimental) e neste momento poderia deixar de ser TVS e passar a ser TVADI, TVJADI ou TVMMA, se calhar enquadrava muito mais.

Um outro reparo, Sr. Primeiro-Ministro, quando falou da questão de um avião de patrulha, a Sra. Deputada que me antecedeu já falou disso, seria bom que chegasse no mesmo momento um avião de patrulha e um de carreira, para fazer a ligação entre as ilhas.

Também falou da Exposição de Milão de 2015. Tenho a lamentar que houve uma equipa que ficou na Itália durante 6 meses a preparar essa exposição e não participou ninguém do Príncipe.

Vou falar agora concretamente sobre a problemática do tão falado arroz de 13 000 dobras. A forma como está a ser distribuído, para o caso do Príncipe, tenho a lamentar. Lá não há essa discriminação em termos de abastecimento aos comerciantes, mas a quantidade que se tem mandado para o Príncipe é muito reduzida. Tanto é que se pode considerar que o arroz que um comerciante compra aqui é a quantidade até inferior que todos os comerciantes do Príncipe são beneficiados. Isto é uma coisa que futuramente tem que se alterar.

Por outro lado, vou levantar esta questão para as pessoas que estão ligadas a essa área, eu sou uma delas, porque também sou comerciante. Quero saber qual é a política que o Governo tem em relação ao sector privado, nesse caso para os que escolheram o comércio.

Neste momento, para mim, o Governo está a fazer uma concorrência desleal com os comerciantes, que pagam impostos e ajudam o Governo na redução da taxa de desemprego, porque não vejo outra explicação para que o arroz seja vendido nas câmaras distritais. As câmaras distritais têm alguma documentação para vender o arroz? Pagam impostos? O Governo está a proporcionar uma concorrência desleal e prejudicando as pessoas que estão vocacionadas para o efeito. No passado, ouvimos muitas reclamações por parte da ADI, porque o arroz era vendido apenas para os militantes dos partidos que na altura estavam no poder, mas infelizmente a coisa se repete. Neste momento, quem tem acesso à compra do arroz são os militantes da ADI. Muitos que nem têm estabelecimento comercial e que nem pagam impostos, compram o arroz a 290 000 dobras e vendem para o comerciante a 350 000 dobras, ganham 60 000 dobras, mais do que o próprio comerciante que paga os impostos. Isto não está correcto, por isso é que pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro e gostaria de ouvir de si qual é a perspectiva do Governo em relação a essa situação. As pessoas vão falando que o sector privado é o pilar do desenvolvimento, mas infelizmente nada se faz para que de facto haja um acompanhamento e um apoio ao sector privado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, não me lembro de ter dito que o Governo considera que o país está bem. Não foi dito isso e não foi o sentido da minha intervenção.

O que estamos a dizer e toda gente reconhece é que houve avanços, houve mudanças, mas sabemos perfeitamente que o País não está bem.

Daquilo que disse o Sr. Deputado da UDD, até partilho muitas partes da sua intervenção. É verdade que no nosso país muita gente vive com menos de 1.30 dólares por dia, quando é a partir desse nível para baixo que se considera pobreza extrema. Os organismos internacionais levantaram ainda o tecto para 1.9 dólares por dia. Quer dizer que há muito mais pobres em São Tomé e Príncipe.

É verdade que quem vive com uma pensão de 477 000 dobras por mês, vive com 60 centavos de dólar por dia, mas somos um país também de muita injustiça, não se muda um país num dia, não se reforma um país num dia. A minha intervenção foi também nesse sentido.

Se olharmos a nível da pensão e das pensões contributivas, pessoas que contribuíram para o País, umas estão com 0.60 dólares por dia e outras estão com 40 dólares por dia, todas contribuíram, é essa a realidade. Por isso, há muita coisa que tem que mudar. Pensão de 470 000 dobras por mês e pensão de 33, 40 até 50 milhões por mês. O Governo não pode mudar isso num dia, mas temos que ter todos a consciência aqui que estamos num sistema de injustiça que tem que mudar, porque nenhuma dessas pensões são de capitalização.

Estou a falar de reformas. É evidente que alguém que já trabalhou no sector privado pode ter algum sentimento de revolta em relação a isso tudo, mas quero dizer que de facto estamos a trabalhar e uma das grandes questões terá que ser a reforma fundiária para aquilo que foi aqui dito em relação as terras e isso é um trabalho que o Ministério da Agricultura tem quase pronto com o apoio da FAO e que depois virá cá a nível da Assembleia para ser decidido.

Em relação à questão da energia no Príncipe, em primeiro lugar, gostaria de dizer que no ano 2014 o Príncipe tinha adquirido um gerador e em 2015 faltava pagar ainda mais 40% da factura do gerador, foi pago este ano.

Ao nível dos geradores, o Príncipe consome quase 100 mil litros de gasóleo por mês e isso são problemas do desenvolvimento. Isto quer dizer que o Príncipe cresceu, tem estado a transformar-se e hoje o consumo em gasóleo é excessivo e as capacidades de estocagem não foram desenvolvidas, mas também a outra questão que é preciso ver e estamos a trabalhar é que hoje o Príncipe é uma reserva

mundial da biosfera e por isso não podemos continuar a comprar geradores, porque será uma contradição entre aquilo que são as opções e que toda a gente conhece a nível internacional e as próprias populações do Príncipe assumiram a questão de ecologia. O Governo não pode estar a comprar geradores e é por isso que estamos a trabalhar, em concertação com o governo regional, sobre energias alternativas, mas a realidade é essa e acho que há um programa de estucagem do combustível devido ao consumo que aumentou. Até mandamos uma missão para verificar o que é que estava a passar, se os noventa e tal mil a 100 mil litros eram realmente efectivos e se eram gastos efectivamente com os geradores.

Gostaria também de dizer à Sra. Deputada que a questão da ligação aérea é de facto uma questão antiga, mas também fizemos um progresso e acho que houve uma decisão na altura de se alargar a pista do aeroporto e alargando a pista para 1750 metros, hoje permite ter uma nova política em relação aos transportes aéreos e ao tipo de avião que precisamos. Está-se a trabalhar, as coisas infelizmente não acontecem ao ritmo que queremos, mas posso garantir à Sra. Deputada que estamos a trabalhar, quer com o Governo Regional, quer com os operadores económicos da STP Airways, com a Euro Atlântico e também a outra companhia que opera no Príncipe.

O avião UP3 é um avião de patrulha, no quadro de um acordo com o governo português. É um avião militar português que fará as patrulhas. Não se trata de uma aquisição, Sr. Deputado António Barros. De facto, não precisamos mais de um avião civil do que um avião de patrulha militar, mas esse avião vem no quadro de um acordo assinado com Portugal.

Aproveito também para dizer que temos o Conselho Superior de Imprensa que este ano funcionou com alguma visibilidade e essas questões de tempo de antena e da regulação da comunicação social poderão ser vistas nesse âmbito.

Confesso que a situação dos comerciantes nacionais é uma situação que preocupa Governo, todo o sector económico privado. No que diz respeito ao arroz de Japão, já falamos várias vezes. O arroz do Japão é um arroz que, no meu entender, perturba um pouco o circuito económico. É um donativo, é um arroz que vem para uma acção social e, aliás, os produtos de contrapartidas que depois dão para cresces, escolas, etc. Se me perguntarem, eu acho que a prazo devemos pedir ao Japão computadores e outras coisas do que arroz e deixar o sector privado assumir a questão do arroz. O arroz do Japão custa em termos de qualidade novecentos e tal a quase 1000 dólares por tonelada e esse arroz está a ser vendido a 40 dólares a tonelada. E por isso é um arroz de função social e nós temos que sair dessa situação. Em relação à distribuição, pedi ao sector para nos comunicar as listas das pessoas que receberam o arroz e poderão ver claramente, porque não conheço todos os comerciantes e muito menos qual é a carta de cada comerciante, mas é algo de perfeitamente transparente as pessoas que o Ministério do Comércio distribuiu o arroz e farei chegar essa lista ao Sr. Deputado.

São mais ou menos essas questões e eu agradeço a vossa atenção.

O Sr. **Presidente**:— Mais questões, Srs. Deputados?
Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, vou procurar ser muito breve e centrar-me apenas em dois aspectos. Acompanhei com a devida atenção aquilo que foi a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e tendo em conta a proximidade da discussão que temos do Orçamento Geral de Estado, alguns aspectos terão que necessariamente ficar para lá, mas não percebi, se é que disse, e gostaria de saber, em termos de números, qual foi a quantidade de postos de emprego para os jovens que se criou em 2015. Esse dado reveste-se de muita importância, quando nós todos advogamos que a juventude é uma camada que precisa gritantemente de atenção.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sras. e Srs. Deputados, as minhas cordeais saudações e voto de um 2016 repleto de êxito para todos nós e particularmente a todo nosso povo de São Tomé e Príncipe. Gostaria de, depois desta nota, sublinhar com bastante agrado a grande evolução que tivemos no sector de comunicação social e da liberdade de expressão e de imprensa em São Tomé e Príncipe. Hoje a nossa Televisão São-tomense é verdadeiramente uma televisão nacional. A Televisão não tem apenas o papel de informar, tem também o papel de entretenimento e não só de sensibilizar e se nós olharmos para a grelha de programação da nossa televisão, os conteúdos, as músicas nacionais em termos percentuais, a Televisão São-tomense é de facto a televisão nacional.

A outra nota é sobre a Rádio Nacional. Como um elemento de realce, hoje todos os são-tomenses, no País e no estrangeiro, estão neste momento a nos seguir. Esta é uma grande evolução, é um grande êxito conquistado e as minhas felicitações ao Governo, de uma forma em geral, e, em particular, à Direcção da Rádio Nacional. E é através dessas antenas que eu gostaria de aproveitar para endereçar, em nome da minha bancada e em meu nome pessoal, as minhas felicitações ao Governo. Hoje, com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro cá nesta Casa Parlamentar, nós todos conhecemos o País real. O Sr. Primeiro-Ministro fez uma apresentação que é do ponto de vista institucional, económico e social, e hoje se tivermos que

debater realmente, quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que 30 minutos é muito pouco para fazer toda essa resenha do país real. Se colocarmos esse texto escrito à frente de um cego, daquilo que é hoje São Tomé e Príncipe, este cego vê.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Respeite a deficiência de cada um.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sim. Hoje o cego vê e o Sr. Deputado sabe muito bem daquilo que estou a dizer. Quem sentou na carteira sabe o que é que estou a dizer. Portanto, eu queria sublinhar, Sr. Primeiro-Ministro, a questão da criminalidade que hoje está de uma forma considerável e que nos preocupa a todos. É preocupante sim o índice de criminalidade no País, mas gostaria de dar uma nota de realce ao Governo e às instituições, particularmente a Polícia de Investigação Criminal que com as suas acções, da forma como tem feito, quer na acção quer na repreensão e na publicitação desses actos. Esperamos e fazemos fé que as instituições competentes possam depois agir em conformidade, para penalizar os infractores.

Queria também dar um elemento de realce ao Governo, porque como todos nós sabemos não podemos ter recursos apenas por ter. Podemos ter recursos, mas se não soubermos para onde vão, todos os investimentos e toda estratégia pode resultar em dados negativos. Daí que gostaria de felicitar o Governo pela sua visão e estratégia clara em relação a onde estamos e onde iremos, com a realização da Conferência Internacional *STeP in London* no horizonte 2030. Acreditamos nós que com este evento e com o que o Sr. Primeiro-Ministro pôde descrever, sublinhei e vou pegar nesta nota: «No país real, estivemos, estamos e estaremos a um tempo razoável dependente de ajuda externa». Esta é a realidade. Daí que todo o esforço do Governo, no sentido de mobilizar recursos para que a economia possa crescer, aí sim, para criar postos de emprego, estaremos cá, Sr. Primeiro-Ministro, e é digno de realce.

Sobre a questão do arroz, não gostaria de alongar, porque é um assunto que já correu muita tinta, Sr. Primeiro-Ministro, e é um «não assunto» por enquanto.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, bom dia. Sr. Primeiro-Ministro, apraz-me de alguma forma escutá-lo, porque o senhor demonstra-nos sempre ser um mestre e doutor nas suas evangelizações. O senhor quase que cobre a mente das pessoas com algumas alucinações, mas esconde-nos algumas verdades e, por isso, venho cá para fazer lembrar ao senhor algumas questões candentes da vida nacional.

O senhor referiu que o homem são-tomense deve mudar de atitudes e deve fazer as coisas com amor e referiu mais que estamos num país de muita injustiça, ainda bem que reconhece. Por causa dessas injustiças, Sr. Primeiro-Ministro, como homem são-tomense que diz, ser trago algumas preocupações dos cidadãos são-tomenses, algumas verdades que querem saber. Quando vier cá, Sr. Primeiro-Ministro, tragamos as respostas em números, para que o povo pequeno, dos quais o senhor diz ser advogado, possa saber as verdades.

Sr. Primeiro-Ministro, o que trago relaciona-se com as deslocações efectuadas por si enquanto Primeiro-Ministro. Durante um ano de governação, o Sr. Primeiro-Ministro fez 58 viagens oficiais. Pela primeira vez, depois de 40 anos, um Primeiro-Ministro fez 58 viagens em 1 ano. Dessas 58 viagens, em média, o senhor permanece fora 5 dias. Quer com isto dizer que o senhor vive fora do País, em média anual, 290 dias. Se em 1 ano temos 365 dias, quer dizer que o senhor só permanece no País 75 dias, em média anual, quarenta e pouco semanas. Das 58 viagens, quer dizer que o senhor fica um dia fora por semana. Que país queremos transformar? Num Dubai ou num Estado falhado, onde temos um Primeiro-Ministro que vive voando?

Sr. Primeiro-Ministro, em média das suas deslocações, o senhor leva consigo do erário público 700 ou 800 milhões de dobras. Está na lei, o senhor tem o seu direito, recebe as suas diárias e, em média, leva os seus 700 ou 800 milhões de dobras. Se formos multiplicar pelas vezes que o senhor viajou, já levou do cofre do Estado quarenta e pouco mil milhões de dobras, equivalente a um milhão e oitocentos e tal mil euros, valor que, na nossa opinião, deveria resolver os problemas das nossas populações e das salas de aulas que hoje se encontram com uma superlotação exagerada ou resolver os problemas da saúde, que hoje encontra-se como está. Pelo contrário, o Sr. Primeiro-Ministro abriu ao seu bel-prazer uma auto-estrada aos cofres do Estado. Num país pobre como o nosso, constitui um abuso e insulto ao povo Vossa Excelência estar a usar desta forma o erário público são-tomense. Desta forma sim explica o facto de não haver dinheiro a circular, porque tudo quanto deveria circular é delapidado por si. Muitas das deslocações que o Sr. Primeiro-Ministro faz via oficial são para negócios privados e passeios.

Por isso, gostaríamos, Sr. Primeiro-Ministro, que trouxesse com número, o povo quer escutar, tudo quanto foi usado nas suas deslocações, quando o povo são-tomense devia beneficiar de estados sociais e hoje não beneficia.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI):— Sr. Presidente, gostaria de aproveitar para saudar as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental.

É para dizer que é com enorme satisfação que tomo a palavra neste momento, no sentido de, à semelhança do que pensa a maior parte da população são-tomense, felicitar o Governo e dizer que todos os dados apontam para que o Governo de facto esteja em bom caminho e nós, a Bancada que sustenta o Governo, devemos, mais uma vez, sublinhar isso, porque só as pessoas que não estão em São Tomé e Príncipe não sabem que houve ganhos e melhorias no que concerne ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Hoje, com a melhoria verificada na Rádio Nacional e na Televisão, mesmo as pessoas que estão na diáspora que estão fora de São Tomé e Príncipe estão a acompanhar o que se está a passar e está a acompanhar o ritmo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Se fizermos um inquérito, que foi feito, embora não como eventualmente todas as pessoas poderiam apreciar, apontam para que o Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Sr. Dr. Patrice Trovoada, seja de facto a figura do ano.

Aplausos do ADI.

É um sinal de que as pessoas estão atentas ao que o Sr. Primeiro-Ministro está a fazer. As minhas felicitações por isso.

Por outro lado, gostaria também de felicitar a própria Rádio Nacional, porque de facto as pessoas que têm estado a acompanhar, viram que a Rádio tem melhorado os seus serviços.

Outro aspecto tem a ver com a questão das deslocações do Sr. Primeiro-Ministro ao estrangeiro. Acho que nós aqui em São Tomé e Príncipe somos um pouco contraditórios. Porquê? Se andamos a pregar a sete ventos que o País não tem recursos, é preciso sair, é preciso desenvolver uma diplomacia económica, no sentido de mobilizar meios, são as mesmas pessoas que vêm dizer que o Sr. Primeiro-Ministro desloca-se. Quer dizer, é contraditório e até certo ponto parece que as pessoas que estão deslocadas, não estão no País real.

Aplausos do ADI.

Por isso, volto a dizer que a população deve estar muito atenta a essas coisas, porque isso não passa de intervenções que vêm com a tendência de confundir, de distrair.

Gostaria, mais uma vez, de dizer que tem que ser com diplomacia económica e é precioso que o Governo faça tudo que estiver ao seu alcance para que alavancemos o País.

Não vou aqui citar discursos, mas ouvi com muita atenção alguns discursos de final do ano dizerem que o País se desenvolve com estabilidade política e é preciso fazer alguma coisa para mobilizar meios, para alavancar a economia. E esses discursos vêm de pessoas que de facto estão atentas ao desenvolvimento do País e viram que é preciso irmos mobilizar fundos para que o País avance. Por isso, volto mais uma vez a dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que está em bom caminho, pode seguir, está tudo bem.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael do Espírito Santo.

O Sr. **Esmael do Espírito Santo** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, bom dia.

Não poderia deixar de tomar a palavra nesta augusta Assembleia para expressar agradecimentos que vêm da cidade de Santana, que não pode estar cá. Em meu nome pessoal, como representante do povo do Distrito, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro pela iniciativa, desde que verifiquei hoje, no seu discurso, o agendamento do projecto de água de abastecimento da cidade de Santana e arredores, que é uma das grandes dificuldades que essa população vem enfrentando. Sabemos o quanto a água é um bem essencial e essa população vem se deslocando para regiões bem distantes, para buscar água. Com essa iniciativa do Governo em colocar água no Distrito, a população irá estar de parabéns.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro pela iniciativa de extensão da rede eléctrica, que irá atingir a comunidade de Colónia Açoriana e a zona Sul, que será até a zona de Angolares.

Também gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que em relação à extensão da rede de água para a cidade de Santana e a sua requalificação, que também tente estender um pouco para a zona de Algés, que é uma localidade que carece bastante de água. Em nome dos populares, se esse gesto for feito, muitos sinceros agradecimentos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, antes de mais gostaria de desejar a todos os Srs. Deputados um bom ano e também desejar essencialmente a toda população do nosso país que tenham um bom ano 2016.

Sr. Presidente, é com satisfação que gostaria de aqui frisar que é pela primeira vez que nesta Casa Parlamentar, embora com poucos anos, podemos apreciar o primeiro Estado da Nação em que de facto se fala a verdade ao povo da Nação. Uma salva de palmas a este Governo.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Este Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, disse e muito bem que é um Governo que diz o que quer, mas também diz o que não quer, e foi frisado aqui, num discurso de 1 hora, tudo aquilo que foram os acontecimentos deste Governo.

Em bom tempo, este Governo sempre tem dito às pessoas aquilo que quer. Este Governo, Srs. Deputados, disse à Nação que quer justiça para todos, que não quer corrupção e disse também que não quer injustiça.

Este Governo disse que quer um orçamento participativo da população, e está a cumprir.

Srs. Deputados, este Governo disse muito bem que este país, embora com as dificuldades e a pequenez, é possível alcançar o desenvolvimento. E é com bastante tristeza que ouvi, logo no início da nossa sessão, um deputado falar que «não se intimida com a intervenção do Governo». O Governo foi claro. O Governo disse tudo aquilo que fez, tudo aquilo que está em vias de fazer e tudo aquilo que constitui ainda, passados 40 anos, uma pedra no nosso sapato, que é o subdesenvolvimento, a falta de emprego para as pessoas, que é a sociedade não estar a funcionar como deve ser. O Governo foi claro.

Este Governo, Srs. Deputados, é um Governo de um e não de 40.

Aplausos do ADI.

O Sr. Deputado, meu colega, ainda falou que as pessoas estão a passar fome e não precisam de luz. Sr. Deputado, para que uma mãe tenha o seu bebé, ela primeiramente precisa dar à luz, porque senão não existe bebé. Por isso, Sr. Deputado, num país onde falta tudo, onde começou mal após a independência, não houve estratégias, não houve planos de controlos, não houve definição de políticas que pudessem alavancar o País, tendo hoje o País de pé e de igualdades com outros países e outras ilhas que são até menores do que as nossas, mas que hoje em dia apresentam um desenvolvimento acima da nossa, honramos, temos que reconhecer.

Srs. Deputados representantes da Nação, nesta Casa Parlamentar, não estamos aqui a dizer que somos os melhores, mas estamos a dizer que, passados 40 anos, temos que mudar atitude. Erramos sim, até me incluo neste leque. Erramos, sim senhor.

Aplausos gerais.

Mas precisamos inverter a situação. Se falamos aqui no Plenário, ajudem-nos a inverter a situação, se os senhores querem representar bem o povo das vossas comunidades.

Srs. Deputados, ainda a intervenção do meu colega Deputado chocou-me bastante, porque eu nunca fui a Cabo Verde, mas ouço, vejo na televisão e leio alguma coisa sobre Cabo Verde e aproveito para pedir a esse povo lá em casa que tenha paciência, porque estou quase convicto de que o povo cabo-verdiano teve muita paciência e, por isso, está hoje onde está. Nós, os são-tomenses, temos por hábito não termos paciência. Sofremos, sofremos, mas quando há uma situação, deixamos tudo ir por água abaixo, cai tudo. Precisamos, neste país, de ter alguma paciência. Sr. Deputado, qual é a paciência que devemos ter? Estabilidade governativa.

Aplausos do ADI.

Este país precisa de um governo que seja estável.

Como é possível pedir a uma pessoa que pregue 40 barrotes em 1 ano, quando outras pessoas estiveram 40 anos e não conseguiram pregar 40 barrotes. É impossível!

Vozes do MLSTP/PSD:— *Nós estivemos.*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Srs. Deputados, não tenho receio nenhum de dizer nós, mas também não tenho receio nenhum de dizer aos Srs. Deputados para terem paciência e incluir no vosso leque rumo ao desenvolvimento.

Vocês acham que hoje ainda não há pobreza em Cabo Verde? Há, mas está a diminuir, porque o povo tem tido paciência com os governos. Os governos são estáveis.

Erramos, vamos deixar os erros para trás e a partir de então ter um governo estável. Acho que daqui há 4 anos o povo decidirá se o Governo fica ou sai e entrará um outro para tocar este país para frente.

Aplausos do ADI.

Srs. Deputados, tenhamos paciência! Povo lá em casa, tenha paciência! Nós sabemos, o Sr. Primeiro-Ministro disse e alguém frisou que hoje a cota do nível da pobreza é de 1.9 dólares e nós estamos a 0.60 dólares. Ainda acreditamos que há pessoas que estão em um nível mais baixo. Devíamos aqui trazer ideias para este Governo melhorar aquilo que está a fazer, para que possa melhorar as acções, para que todos estejam em benefício. Não podemos estar satisfeitos com os governos só quando estamos no governo!

Temos também que olhar o País, olhar as nossas crianças e os nossos filhos. Estou preocupado com os meus filhos, com que futuro este país irá dar aos meus filhos.

Murmúrios de uma voz do MLSTP/PSD.

A mim quase que nada. Não vou entrar aqui em pormenor, Sr. Deputado, porque sou vítima desses governos de pós-independência. Um dia iremos falar sobre isso.

Os Srs. Deputados terão que aceitar o desafio de manter a população serena, calma e tranquila. Os Srs. Deputados terão esse desafio, para que este país possa ter governos estáveis e possam ser substituídos nas urnas.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, em relação à Região Autónoma do Príncipe, congratulo-me com a minha colega Deputada, porque o Príncipe ainda não conhece e não sabemos quando é que vai conhecer uma regularidade energética. Isto é um facto, mas quero chamar atenção às Sras. e Srs. Deputados que, em 2010, houve pessoas do Príncipe e observadores atentos, em relação à política do Príncipe, que disseram que uma das prioridades do Príncipe seria criar estucagem e por causa disso, o partido que esse senhor chefia cresceu e de que maneira no Príncipe. Esse senhor garantiu que em 4 anos da sua governação iria cumprir aquilo que a população tinha estipulado como linhas mestras para o seu desenvolvimento. Sras. e Srs. Deputados, o que é que aconteceu? Esse governo caiu e ficamos sem margem de manobra para pedir contas a esse governo. Os senhores acham que isso é bom? Vamos mudar o paradigma, mudar de atitude, porque este tipo de política prejudica mais o Príncipe do que o próprio São Tomé e Príncipe. Daí que hoje vimos cidadãos de altos nomes e de renome nacional a irem ao Príncipe distribuir arroz. O Príncipe pediu estucagem de arroz? O Príncipe pediu isso? Pessoas que contribuíram para que o governo, em 2010, fosse a baixo. Temos que mudar de política. Quem está prejudicado com isso é o Príncipe.

Daí que desafio este Governo, Sr. Primeiro-Ministro, se calhar é o Primeiro-Ministro que visitou mais vezes o Príncipe, isso é um sinal de que é amigo do Príncipe, continue, porque o Príncipe merece.

Aplausos do ADI.

Entretanto, pediu a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, já não tem tempo para intervir. De acordo com o Regimento, onde é que dá ao senhor direito para intervir?

Desconta-se 2 minutos do tempo do MLSTP/PSD para o Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Srs. Deputados, não vim aqui para fazer campanha. Não falei que a luz não é necessária. Eu disse que a luz e a água fazem parte do nosso desenvolvimento, mas o primeiro é a barriga. É isso que eu disse. Quando o senhor vem aí dizer que o Deputado do UDD está a dizer que a luz não é preciso, o senhor é mentiroso. Está a fazer campanha.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Oiça, se nós, os são-tomenses, não trabalharmos, vamos meter-nos num beco sem saída.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é só para prestar informações sobre o tempo que resta. O Governo tem 59 minutos e 21 segundos, o ADI tem 71 minutos e 13 segundos, o MLSTP/PSD tem 32 minutos e 10 segundos, o PCD tem 10 minutos e 34 segundos e o UDD tem 1 minuto e 38 segundos.

Posto isto, vamos avançar com o nosso trabalho, para não perdermos muito tempo.

Gostaria de convidar os Srs. Deputados que têm perguntas para colocarem, antes de pedir ao Governo para responder. Todos estão de acordos?

Convido o Sr. Primeiro-Ministro ou quem indicar para usar da palavra.

Antes, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e caros Deputados. É apenas para pedir à Mesa para conduzir melhor os trabalhos. Falo em sequência de alguma confusão que se gerou quando o Sr. Deputado pediu a palavra, para defender a sua honra.

Convido as pessoas a lerem os artigos 103.º e 104.º do Regimento, na página 92. Quando se trata disso, não há que ter tempo disponível. O Sr. Deputado foi citado, quer defender a sua honra, a Mesa deve verificar o seu enquadramento no Regimento e dar-lhe a palavra. É o que diz o artigo 103.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a menos que eu não esteja a ouvir bem. Ouvi a intervenção do outro Sr. Deputado, mas em momento algum ouvi que tivesse citado o nome do Sr. Deputado Felisberto, para ele anunciar a defesa da honra. Portanto, o que diz o Regimento é se tivesse colocado o nome do Sr. Deputado em particular, mas não foi. Pelo menos ainda ouço bem. Quando o senhor alega o artigo, sim senhor, eu sei que existe, mas em caso claro de alguma ofensa. Não foi o caso. Portanto, não tive margem para dar palavra ao Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Posso....

O Sr. **Presidente**: — Não quero polemizar. Vamos passar a coisas positivas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não vou entrar em debates. Não vou inventar nada. As pessoas que estão assistir o debate, mesmo lá em casa, aperceberam que quando o Sr. Deputado Carlos Correia referia-se ao deputado que disse que não ia sentir-se abalado com a declaração do Sr. Primeiro-Ministro, subtenderam que é o Sr. Deputado Felisberto. Não há dúvida. A menos que houvesse dois ou três deputados que se referiram ao mesmo assunto. Convenhamos, desculpe lá!

Eu só estou a pedir para agirmos de acordo com as normas. É apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos apaziguar os ânimos. Viemos todos para participar de forma positiva no debate. Não vou alongar muito mais. Gostaria de saber se há deputado que quer intervir. Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o Sr. Deputado em causa não invocou que de facto houve alguma ofensa. Por isso, gostaria de alertar às pessoas que quando verificarem que há uma situação dessa, devem invocar, para que a Mesa saiba em que quadro vai intervir.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com os nossos trabalhos. Gostaria de obter mais intervenções de Sras. e Srs. Deputados. Não havendo mais intervenções, convidaria ao Sr. Primeiro-Ministro ou a quem ele indicar, para dar resposta a essas perguntas que foram colocadas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltando ainda a esta questão de energia no Príncipe, é verdade que a Região Autónoma do Príncipe, hoje, tem cerca de 20 horas por dia. E é verdade que se olharmos hoje para todos os investimentos privados que estão a ser feitos na Região Autónoma do Príncipe, a questão da energia tem que ser resolvida. Não se pode ter este volume de investimento na Região Autónoma do Príncipe, nomeadamente no sector hoteleiro, se não houver uma energia de qualidade e permanente, durante 24 horas. Mas eu já disse por várias vezes qual era o problema e essa questão está a ser tratada.

Aproveito também aqui, no capítulo das relações institucionais, para dizer que as relações institucionais com o poder regional ou o poder local têm sido excelentes.

Aplausos do ADI.

No que diz respeito ao Governo central e ao governo regional, as duas instituições estão a trabalhar de mãos dadas, para resolver esse problema, porque sobre a questão do turismo que está a acontecer no Príncipe, é um turismo que vai servir ao Príncipe, mas que serve também a São Tomé e Príncipe. Daí que vamos continuar a trabalhar para resolver esse problema.

Por conseguinte, quero também dizer ao Deputado de Cantagalo, o Sr. Esmaiel, que tomamos boa nota das preocupações e agradecemos de facto. O que é preciso dizer também em relação à questão de desemprego já foi dito. Quer dizer, como praticamente todos os países africanos, começa a criar de facto o emprego a partir de 7% de crescimento anual do PIB.

Sr. Deputado Danilson Cotú, não sei se tem os números da criação de postos de emprego do ano 2013 e 2014. Eu não tenho os números de 2015. Contudo, iremos pedir, caso seja possível, ao Instituto de Estatística para nos dar os números e caso o Sr. Deputado tenha os números dos anos anteriores, poderia também nos comunicar.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Vasco, do MLSTP/PSD e por sinal Presidente da Comissão Económica da Assembleia Nacional, não vou alongar muito sobre esta questão, só quero dizer aos são-tomenses, porque estamos num exercício bastante sério e acho que na intervenção do Governo não houve nenhuma intenção de fazer campanha, de tentar magoar as pessoas e, muito menos, dizer falsas verdades. O Estado da Nação é uma questão muito séria, como foi dito aqui, ninguém tem toda verdade, não há nenhum homem que não erra, mas o povo de São Tomé e Príncipe, cá dentro e lá fora, precisa de sentir que os seus representantes estão a querer resolver os problemas do País. Daí que a única coisa que posso dizer quanto a esses cálculos que foram feitos aqui, das Finanças, o total das deslocações do Governo, em 2015, foram Dbs. 13.258 mil milhões de dobras, dos quais o Gabinete do Primeiro-Ministro usou 2.853 mil milhões de dobras, que equivale a um pouco mais de 100 000 euros. São os números das Finanças. Acho que às árvores que não têm frutos não vale a pena atirar pedras.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é apenas para fazer um reparo, porque quando se fala do Príncipe, presto muita atenção.

Sr. Primeiro-Ministro, de facto não tenho dados concretos, mas o Príncipe neste momento não tem 20 horas de energia. Já houve um período que tinha, mas neste momento drasticamente foi cortado, porque houve um aumento do consumo. Quando se aumenta as ligações, aumenta o consumo do gasóleo e estão estipulados 85 000 ou 90 000 litros por mês e a EMAE aqui ao nível de São Tomé recusa-se em mandar mais. Portanto, no Príncipe, foram obrigados a reduzir o horário, em função de combustível. Portanto, neste momento, não temos 20 horas de energia e aproveito a oportunidade para pedir a sua interferência, no sentido de se repor esse horário, ou melhor até 24 horas. Porque não se pode admitir que o consumidor no Príncipe pague, por quilowatt (kw), o mesmo valor que um consumidor paga em São Tomé. Não há diferença nesta matéria, mas no Príncipe as pessoas têm menos horas de energia e vêm dar a desculpa de que para o Príncipe há muito custo com o frete de navios. O frete de navios é o custo da descontinuidade geográfica, que não tem que ser a população do Príncipe a pagar. É um custo do Estado são-tomense. Mesmo se o frete de um navio custar 200 milhões, o Estado tem a obrigação de colocar lá o combustível para que as pessoas tenham energia 24/24 horas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, agradeço pela sua resposta e gostaria de dizer que eu também não tenho os dados de 2013 e 2014. O mesmo instituto que tem os dados de 2015 tem, com certeza, os de outros anos. Mas a minha preocupação em relação isto, Sr. Primeiro-Ministro, é porque não consegui perceber, neste ano 2015, já que estamos a falar sobre o Estado da Nação, nenhum projecto estruturante que fosse capaz de criar emprego para a juventude. Se formos ver os dados estatísticos do último censo que foram publicados em 2014, está claro. Jovens com a faixa etária de 24 a 29 anos, creio 10,2 %, estão no desemprego. Por isso, gostaria de saber o que é que este Governo fez neste um ano, no sentido de contornar esta cifra que não agrada nem a nós, enquanto Deputados, nem a Vossas Excelências, enquanto Governo. É só isso que queria saber.

Outro aspecto, peço desculpas aos meus companheiros do grupo parlamentar, mas tenho que falar disso, é que fico triste quando pessoas com responsabilidades neste país, deputados da Nação, vêm aqui tentar apagar aquilo que é a história política de São Tomé e Príncipe. Meus senhores, se estamos a falar de 40 anos da independência deste país, um dado muito importante que o Sr. Primeiro-Ministro disse, grande parte de pessoas deste país têm pelo menos a 6.ª classe. Então, elas já têm a capacidade para reflectir sobre a história política deste país e conhecer quem são as figuras que já ocuparam cargos de responsabilidade em São Tomé e Príncipe, começando de assessor, director, ministros e por aí em diante. Vamos todos, sim, reconhecer que se o País vai mal temos responsabilidades partilhadas. Não joguem a responsabilidade para os outros, pensando que se tornaram santos. A história de São Tomé e Príncipe não começou em 2014, não começou em 2015. A história política deste país, sem contar com o período colonial, começou 12 de Julho de 1975 e daí para frente. Meus caros senhores, por uma questão de respeito, não cito nomes, mas o povo de São Tomé e Príncipe sabe quem são as pessoas que de 1975 para cá ocuparam cargos de responsabilidades e tinham decisões neste país. A responsabilidade é nossa.

Murmúrios de uma voz do ADI.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Meu caro, *xi sum mesê, ngá fla ô.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, todo povo de São Tomé e Príncipe, antes de mais um bom ano a todos e que 2016 possa ser melhor que 2015.

Ouvi atentamente a explanação do Sr. Primeiro-Ministro sobre o Estado da Nação, como todos ouvimos, também algumas intervenções de alguns deputados. Gostaria, antes de mais, de felicitar o Sr. Primeiro-Ministro pela forma como fez essa apresentação do Estado Nação. Durante os últimos anos, acusaram o Sr. Primeiro-Ministro de muitas coisas e nós aqui nesta Casa Parlamentar ouvimos muitas coisas, mas infelizmente há algumas pessoas que não querem mudar. Paciência! Não querem mudar, porque durante anos de acusações e acusações sobre a sua pessoa, o povo continua a lhe dar força e coragem, continua a votar em si, para que o senhor continue a liderar este país. As pessoas não se aperceberam de que não é desta forma que se deve fazer política em São Tomé e Príncipe, porque o povo está atento. Já disseram que o senhor não é são-tomense, que o senhor é isso, que o senhor não sabe trepar fruteira, que o senhor não tem cartão de crédito, são coisas que já ouvimos aqui. As pessoas insistem neste rumo, mas o povo quando vai ao voto, dá ao senhor a maioria absoluta, como deu.

Aplausos do ADI.

Siga o seu caminho!

Eu sou privilegiado, sempre fui, venho de famílias privilegiadas, assumo. Graça Espírito Santo, da minha mãe, e Deus Lima Nazaré do meu pai, mas isso não me impede de defender também o povo pequeno. Não me impede de, enquanto deputado, dizer que o senhor está no bom caminho, porque nós aqui da cidade, nós, os deputados, ministros e dirigentes, quando falha a energia 2 ou 3 horas, lamentamos; quando falha a água, porque a EMAE tem uma falha de um dia, gritamos, metemos no *facebook*, porque temos direito ao *facebook* e às redes sociais, que a EMAE é isso, é aquilo. Devemos continuar a fazê-lo, mas não sabemos o que é nascer e crescer sem água e sem energia.

Aplausos do ADI.

Nós não vivemos isso e não sentimos isso, Sr. Primeiro-Ministro. Cada vez que vejo na Televisão, sem saber que o senhor ou os membros do seu Governo foram inaugurar, mas vejo aquela população satisfeita, sinto, enquanto são-tomense, que o senhor está a trabalhar e que as grandes reformas de que se fala já começaram. As pessoas é que não estão atentas e não estão a perceber que as reformas já começaram. As grandes reformas já começaram! Isso que o senhor está a fazer, dando energia e água, primeiro, é valorizar o homem são-tomense, é dar perspectivas para o futuro àqueles que nunca tiveram, é dar esperança para começarem a trabalhar mais, para começarem a estudar mais e verem que há dirigentes que pensam neles. Isso vai ajudar também que mais empresas possam vir. Um dos grandes problemas para o investimento é a energia. Sem a energia ou com essa fraca energia que temos, muitos investidores deixarão de vir para São Tomé e Príncipe. Logo, se o Governo está neste caminho, continue, porque as reformas já começaram, aqueles que não querem ver, vão continuar assim a não ver, porque não depende do Governo. Há mais reformas a serem feitas.

Gostaria de aproveitar aqui para felicitar o Sr. Ministro da Educação, pessoalmente, porque é um sector que começou com uma grande reforma, que muita gente não entendeu, houve críticas, é normal, é o aproveitamento político que se tenta fazer nessas situações. Mas é um sector que os resultados da reforma não se vê a curto prazo, mas o Governo tem a capacidade de ver o problema e projectar uma reforma e os resultados virão. Espero que o Governo não vacile quanto a isso, que o Sr. Ministro da Educação continue com essa sua visão de reformar esse sistema educativo, que já deveria ser reformado há muito tempo. Mas gostaria também de dizer algo que tem que ser dito e não foi dito, em várias explicações do Governo, quer pelo Sr. Ministro, quer pelo Sr. Primeiro-Ministro. Foi dito de uma forma e eu vou dizer de uma outra forma, às vezes temos que dizer as coisas directamente: um dos grandes problemas da Educação em São Tomé e Príncipe também tem a ver com o número de crianças que existem em São Tomé e Príncipe. Temos que dizer ao nosso povo para diminuir o número de filhos.

Risos gerais.

Temos que dizer às pessoas, temos que educar às pessoas, o Governo tem que fazer uma campanha de sensibilização, para as famílias terem menos filhos, porque é aqui onde está o grande problema para as famílias são-tomenses, muitas delas.

Podem rir, as pessoas não estão a prestar atenção naquilo que estou a dizer, mas uma família com dificuldades financeiras, que tenha muitos filhos, não tem condições para assumir esses filhos plenamente como deveria, o que faz com que a pobreza familiar aumente. Logo, tem que haver uma campanha de sensibilização para o número de filhos.

Podem perguntar, «mas quantos filhos o Levy tem»? Não importa. Podem fazer essa pergunta, mas dou a resposta de que o problema da Educação em São Tomé e Príncipe tem a ver com o número de crianças

por pais. Daí que gostaria de pedir ao Governo para implementar essa campanha de redução do número de filhos familiar, de forma que cada família possa assumir os seus filhos na íntegra, de modo que o sistema escolar tenha menos alunos, mas alunos qualificados.

Ainda sobre a educação, mas aproveito para entrar também na saúde, dizendo ao Governo que já não vivemos no mundo de dois blocos, em que havia o capitalismo e o socialismo. Já deixamos disso há muito tempo, mas continuamos com um sistema educativo e de saúde como se vivêssemos ainda na época do socialismo. É verdade que a pobreza em São Tomé está de uma forma que não é fácil implementarmos algumas reformas quanto àquilo que vou dizer, que acho importante, mas o Estado não pode continuar a assumir pessoas que têm 10, 20, 30 filhos e não sabem o quanto que isso custa para o Estado. Qualquer pessoa que se sente mal, mesmo os ricos, vão para o hospital e são tratados, são beneficiados e não pagam nada. Não podemos continuar assim. Mesmo as pessoas que têm condições são internadas nos hospitais por meses e não pagam nada. É preciso coragem para alterarmos isso. Os pobres, as pessoas com mais dificuldades, com menos rendimentos, podem não pagar, mas há pessoas que já têm condições para pagar os serviços de saúde e pagar uma educação melhor para os seus filhos. Por isso, gostaria de dizer, quanto a esses dois sectores, sectores sociais, é preciso uma reforma. Neste aspecto, é preciso repensarmos que educação nós queremos e temos; que saúde queremos e temos, e como é que vamos continuar a financiar esses dois sistemas.

Sr. Primeiro-Ministro, as relações institucionais são boas e ainda bem que assim é, mas já se passou 1 ano e precisamos rapidamente, porque o Governo termina a sua legislatura em 2018, de começar a verdadeira reforma da justiça. Ela não pode apenas se circunscrever em direitos ou regalias dos fazedores da justiça, os que administram a justiça dia-a-dia, refiro-me concretamente à compra de viaturas ou outros bens materiais que o sistema bem precisa.

A inspecção é bem-vinda e o Governo está de parabéns por isso. Há anos que não se fazia inspecção no sistema da justiça, mas a verdadeira reforma da justiça circunscreve-se em alterar os procedimentos, a matéria processual no sector da justiça, principalmente no sector cível. É aí onde há estrangulamento, onde não ajuda o País na captação de investimento estrangeiro, na segurança que os próprios cidadãos e os investidores nacionais e estrangeiros precisam e que precisam de uma justiça melhor.

No sector cível é aí onde há estrangulamento do nosso sistema e rapidamente temos que avançar quanto a essas reformas, para não falar da própria reforma da Administração Pública.

Fico satisfeito em saber que estamos a culminar com a reforma do Sector da Terra, a reforma fundiária, e estamos aqui, como legisladores, à espera para sabermos qual é o contributo que poderemos dar.

Como já foi dito também pelos meus companheiros, colegas da Bancada, o senhor está no bom caminho, o povo está satisfeito com a sua governação, o povo pequeno sente melhorias todos os dias, nas suas comunidades e nos seus distritos. Quanto à grande franja da população que mais sofre, o Governo que siga o seu devido caminho.

Quanto a nós, o Sr. Primeiro-Ministro disse claramente que espera o contributo indispensável do órgão legislativo, cá estaremos para os grandes pacotes das grandes reformas que o País precisa e estaremos aqui para dar a nossa contribuição como representantes do povo.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, tenho vontade de fazer uma pequena sugestão ao Plenário. Gostaria de sugerir que fizéssemos uma pequena interrupção, no máximo 20 a 30 minutos e retomaremos os nossos trabalhos após isso. É para refrescarmos e recuperarmos as energias e viremos então para continuarmos o debate daqui a meia hora.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, 30 minutos é muito, basta 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Então, 20 minutos. Há quem tenha necessidade fisiológica, depois temos a hora do lanche.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 13 horas e 30 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos e gostaria de solicitar aos Srs. Deputados se têm algumas preocupações ou questões. É o momento de colocarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, aquando da minha intervenção, julgo ter havido uma má interpretação daquilo que coloquei e venho cá repor a normalidade.

Em momento algum, tanto eu como o meu grupo parlamentar, dissemos que estamos contra as deslocações que o Sr. Primeiro-Ministro faz. Aliás, o País é dependente, em 90%, daquilo que são suportes para o OGE e, por isso, acreditamos que o Sr. Primeiro-Ministro deve viajar muito mais. Solicitamos quais foram os ganhos obtidos durante o ano de 2015, com as viagens referidas aqui. O que é que o País obteve como ganho durante o ano de 2015? Só este facto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Antes de mais, gostaria de desejar um bom ano a todos e que o ano 2016 nos traga paz, saúde e prosperidade.

Sr. Primeiro-Ministro, acompanhei a sua intervenção atentamente, no que diz respeito à área de Saúde. Falou-nos da reestruturação do Centro Policlínico. Isso é óbvio e toda gente sabe, está à vista, mas preocupa-me. Qual será a gestão desse Centro Policlínico?

Também falou-nos da modernização do Centro Hospitalar. Citou os dados com o pessoal, mas não ouvi a situação medicamentosa ao nível do Centro Hospitalar. Falou que houve roturas graves, mas gostaria de saber qual é a situação actual. Vou citar um exemplo do que aconteceu há dias, mostrando que o Centro Hospitalar carece de coisas essenciais. Há dias alguém teve um acidente no aeroporto e chegou ao hospital com um corte para ser suturado, mas simplesmente não havia material para suturar aquela pessoa. Falo disso porque assisti este caso. Não posso confirmar os outros casos, mas este é uma realidade.

Hoje em dia, todas as roupas hospitalares são lavadas à mão. A roupa carece duma máquina de lavar.

Muitas operações são canceladas, os doentes vão para a sala de operação duas a três vezes, porque não há roupa para trabalhar. O bloco operatório não consegue trabalhar por falta de roupas. Psicologicamente, para o doente é muito grave. Alguém que desce para o bloco operatório duas, três, quatro vezes, psicologicamente, acaba por morrer de medo do que da doença que lhe atinge. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, sabemos de todos esses problemas que o Centro Hospitalar enfrenta.

Há uma outra questão que gostaria de perguntar. Lembro-me que aquando da visita do Presidente de Taiwan a São Tomé foi assinado um acordo para a construção de um centro de referência de raiz, na zona de Gongga. Na sua explanação, não ouvi nada a este respeito, por isso gostaria que nos explicasse em que pé está.

Fico por aqui, aguardando a sua resposta.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Deputados, muito boa tarde.

Antes de mais, gostaria de desejar a Vossas Excelências um ano 2016 cheio de saúde, paz e ao Governo desejar muito mais trabalho. Igualmente, estender esses votos a todo povo de São Tomé e Príncipe.

Em seguida, gostaria de dizer que uma das preocupações, que trago, é a questão da água. A água é um bem essencial para os seres vivos. Para o ser humano, a água deve ter qualidade, ou seja, deve ser potável. O Governo, através do seu programa, tem feito a extensão da rede da água para algumas localidades que nunca tiveram água canalizada, é bom, é salutar, mas assistimos a um fenómeno de degradação com relação a localidades que já beneficiavam de água canalizada, hoje não têm. E quando a têm, têm com má qualidade.

Sr. Primeiro-Ministro, quem está na Saúde poderá confirmar isso, o índice de doenças de origem hídricas, refiro-me à febre tifóide e infecção urinária, aumentou bastante, nos últimos tempos. Se calhar, invertemos o paludismo, mas agora muitos cidadãos nossos padecem dessas enfermidades. Advêm certamente da má qualidade da água.

Em seguida, gostaria de dizer a esta augusta Assembleia que «o contraditório é vital em democracia e não compromete a estabilidade política». Estou a citar um extracto do discurso de um fundador da Nação, porque muitas vezes, quando vimos cá dizer alguma coisa, no sentido de melhorar a acção do Governo, somos apelidados de desestabilizadores, alguém que esteja a provocar a instabilidade. Não é isso. O Governo tem feito o lançamento de algumas obras por duas vezes. Assistimos isso na televisão, ficamos atónitos, houve obras que já foram lançadas pelo governo anterior e que vimos novamente a serem lançadas. A escola 1.º de Junho é uma delas e há uma outra, creio em Madre de Deus, que também foi lançada pela segunda vez, de forma assustadora. Há continuidade dos serviços públicos. Aliás, hoje, para

que o Governo pudesse distribuir água e energia, tínhamos que fazer a captação dessa água e a produção dessa energia e só assim o Governo, hoje, em 1 ano consegue distribuir essa água. Quer dizer que os governos anteriores investiram esforços na captação da água e na produção da energia eléctrica. Face a isso, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, qual é a política do actual Governo, precisamente para garantir a sustentabilidade da distribuição da água ao nível do País, conforme vem fazendo, e da mesma forma da produção energética. Gostaria de ter melhor convicção daquilo que disse.

Sr. Primeiro-Ministro, o nosso país não é fruto de 1 ano de governação. É fruto de 40 anos. Todos nós cá fomos formados, uns melhor que outros, mas fruto de 40 anos. Às vezes passa-se na comunicação social, de forma vergonhosa, a noção de que em 1 ano veio o *eldourado* para São Tomé e Príncipe ou vai chegar *eldourado*. Acho que é mau, porque a TVS e a Rádio Nacional têm a contribuição de todos nós. É o erário público que faz funcionar esses organismos. Quando se põe água em algum lugar grita-se 40 anos. Nesses 40 anos não viram, mas estamos a chegar, há todo um processo, há um trabalho de todas as forças vivas da Nação, de todos os partidos, de todos aqueles que governaram, para chegarmos a isso.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, paro por aqui e desejo ao Governo muita força para continuar a trabalhar, mas muito mais, porque o País precisa de muito trabalho, para invertermos a situação degradante que existe.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso. Dispõe ainda de 1 minuto e 38 segundos, o tempo que o MLSTP/PSD lhe concedeu.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Primeiro-Ministro, só tenho 5 minutos, é um tempo que não dá para abordar ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é 1 minuto e 38 segundos. Nada mais.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, eu falo de Lembá. O senhor sabe que a população de Lembá é pobre, mas não é mendiga.

Temos toda a nossa potencialidade, ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não é para lhe cortar, é só para lhe dizer que o MLSTP/PSD cedeu-lhe mais 2 minutos, portanto, o senhor tem agora 3 minutos e 38 segundos.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Primeiro-Ministro, temos as nossas potencialidades, em termos de produtos agrícolas, pesca e pecuária. Quero dizer-lhe que a estrada a partir da Lagoa Azul até a cidade de Neves tem cerca de 13 Km, está numa situação péssima.

Sr. Primeiro-Ministro, tínhamos cerca de 35 *Hyaces*, desde Ponta Furada até Ribeira Funda, hoje se houver 8 é muita sorte.

As palaiês, principalmente, têm dificuldade em trazer os seus produtos ao nosso mercado. Principalmente as palaiês de fruta ficam na estrada dois ou três dias, as frutas acabam por amadurecer, é um grande prejuízo. É uma situação lamentável, por isso, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos desse uma mão, mesmo que não tenha condições para reparar totalmente, mas podia-se tapar alguns buracos, para vermos se conseguimos evacuar os nossos produtos.

Também tenho a dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que os alunos da escola de Lembá sofrem muito. Eles levantam-se às três e tal da madrugada para apanhar o transporte, outros vão até Trindade para a Escola Secundária Maria Manuela Margarido, outros vão para a Escola de Algés, e a situação é difícil em Lembá. Portanto, queria que o senhor pudesse nos dar uma mão, para resolvermos a questão de evacuação dos nossos produtos.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que o senhor qualquer dia vai trocar arroz por computador. O arroz é que fez o senhor ganhar com a maioria.

Risos.

O senhor não pode cortar o arroz, porque o arroz é que lhe deu a maioria absoluta! O povo queria coisa barata e hoje não se está a ver o arroz.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, conto com o seu apoio para a estrada de Lembá.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, já registámos mais de seis intervenções. Passo agora a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para responder as perguntas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, de facto, o Sr. Deputado Levy Nazaré levantou certo número de questões, ligadas, entre outras, ao crescimento populacional, penso que é um debate importante, talvez

não seja consensual. Tenho sete filhos, mas o que eu quero dizer é que de facto há uma grande preocupação já com as crianças que nós temos. Daí que frisei a necessidade de construirmos mais salas de aulas, a necessidade de termos, se calhar, o duplo de professores que temos hoje e a dificuldade que existe em mobilizar financiamentos para esse sector hoje em dia. Volto a dizer, o sector privado deve tomar a dianteira para que o Estado tenha meios para financiar outros sectores sociais, nomeadamente a Educação, porque no mercado de doadores tem sido bastante difícil nós mobilizarmos dinheiro para as infra-estruturas na Educação.

Mas eu quero também dizer que esse debate terá que ter lugar, mas países menores que São Tomé e Príncipe conseguem albergar um, dois, três milhões de pessoas, e nós, muitas vezes, criticamos a dificuldade de termos um mercado de consumidores, sem fazer filhos também não há consumidores.

O problema fundamental é nós, realmente, tomarmos conta da economia do País e da formação dos homens e das mulheres de São Tomé e Príncipe.

Daí que eu farei a transição, depois do esclarecimento do Deputado do PCD, quanto ao âmbito da sua intervenção, queria dizer que é verdade que há uma grande preocupação com a educação, a formação profissional e o desemprego jovem, mas no nosso país é preciso nós apostarmos sobretudo na formação profissional, no empreendedorismo jovem, porque mesmo que possa existir – e eu frisei isso na minha intervenção –, o mercado que cria mais efeitos na economia rapidamente é da construção e das obras públicas. Mas quando acabam as obras o pessoal não qualificado volta ao desemprego. Então, é provável que com uma ou duas grandes obras se consiga cortar um terço de desemprego, mas esse desemprego será sobretudo um desemprego não qualificado e quando as obras acabam, as pessoas regressam ao desemprego.

Daí, há uma necessidade de nós investirmos mais na formação, investirmos mais na capacidade de as pessoas empreenderem e fazerem os seus próprios negócios e, evidentemente, em paralelo, continuarmos a estruturar projectos e esses projectos, por vezes, precisam de algum tempo.

Quero dizer que os estudos desses grandes projectos levam às vezes um ano e pouco à busca de financiamento, etc., por isso, é uma caminhada de longo curso e devemos abraçar todas as frentes ao mesmo tempo: formação, actividade económica através do sector da construção civil e, sobretudo, facilitar as pessoas de abrirem os seus grandes negócios, como eu disse, isso só acontece se houver financiamento, se os bancos libertarem dinheiro mais facilmente, se o micro crédito existir e se o nosso sistema jurídico der garantia e reduzir o risco, para os bancos poderem libertar o dinheiro.

No que diz respeito à área de Saúde, o Centro Policlínico de Água Grande será da responsabilidade exclusiva do hospital universitário de Taipé.

Não haverá nenhuma outra intervenção, eles terão a responsabilidade de A a Z. O entendimento que o Governo tem é que esse Centro Policlínico será o centro de referência. Nas discussões com o governo taiwanês não há, por enquanto, outro centro de referência previsto.

A situação da Saúde, eu disse que as reformas têm sido lentas, na opinião do Governo e que não houve roturas graves, houve atrasos, houve situações, às vezes, de crise, ora com o oxigénio, ora com isso, ora com aquilo, mas roturas graves não houve. A última encomenda foi passada agora para medicamentos e reagentes na ordem de um pouco mais de 30 mil milhões de dobras, pelo menos, deverá chegar ao País em breve.

A situação do Hospital Ayres Menezes, eu também disse que essa situação é objecto agora de intervenção, no sentido de nós assinarmos um financiamento. A instituição financiadora é o Fundo Kuweitiano, para nós conseguirmos não só modernizar alguns serviços existentes, mas criar novos serviços. Estamos a falar de um valor superior a 12 milhões de dólares, estamos a falar numa intervenção que irá atender não só o problema de máquinas para lavar as roupas, mas um problema ainda maior que é que nas enfermarias as pessoas têm que trazer até a roupa de cama de casa. E os colchões não foram substituídos há vários anos.

O projecto desta intervenção está a ser discutido e implica também a construção de um centro com algumas cadeiras, entre cinco a 10 cadeiras para a hemodiálise, com assistência para assegurar os serviços de hemodiálise por alguns anos antes da transferência de tecnologia.

Isso leva-me também a dizer e a concordar que existem projectos novos e existe continuidade, mas é preciso, enfim – não quero entrar nos detalhes –, mas não me parece que tenha havido duas ou três inaugurações ou lançamentos de pedras, se aconteceu alguns casos, nós tivemos o caso de alguns que foram lançados sem projecto, salvo o erro, talvez dois casos que foram objecto depois de uma espécie de reabertura.

Mas a questão mais importante, essa da água, que foi frisada pelo Sr. Deputado Fernando Maquengo. Nós também alertamos o Estado da Nação sobre a situação da água. O sistema de água do Rio do Ouro, de Neves, de Ribeira Afonso, que agora está a arrancar, de Obolongo, são sistemas de água, sobretudo o sistema de Obolongo, vão aliviar Águas Amoreiras I, II, III, que têm estado a alimentar boa parte da capital.

Há outro problema que nós deparamos, que é verdade, o nosso sistema de regulação, nomeadamente com tantas pessoas que chegam à Água Grande é deficiente. Nós temos um sistema que algumas pessoas conhecem, de regulação de válvulas, tem que se abrir num sítio e fechar no outro, dependendo das horas. É um sistema de gestão extremamente pesado.

Para além disso tem-se notado, e isso tem a ver com a qualidade de água, que a rede de distribuição, porque o tempo passa também, está cada vez mais velha e as percas são cada vez superiores. E nos sítios onde estamos a injectar água, nomeadamente em Lobata, onde algumas redes são antigas, o facto de receber mais pressão de água agora fez com que a rede tem estado a romper. E, vai ser necessária de facto uma revisão profunda da rede de distribuição da água. Isso tudo para explicar que alguns problemas técnicos continuam, mas a verdade é que a água potável disponível, paulatinamente nós precisamos para o horizonte de 2018/2019, sobretudo com a finalização do sistema novo da rede de Obolongo irá aliviar a situação da cidade capital e podermos, de facto, melhorar e se houver financiamento começamos já atacar a rede da Água Grande. Mas, o que quer também dizer é o seguinte e são os problemas que levantamos em termos de execução. Se nós olharmos para água que vem e que alimenta Ôque Del Rei até ao Hospital, esse projecto entre o momento de estudo de financiamento e de execução demorou, salvo o erro, 10 anos ou mais. A população que havia nessa região quando foi desenhado o projecto não é a mesma que há a 10 ou 12 anos depois. Daí que, o projecto concluiu tal como foi, não conseguia responder às necessidades da população.

Outra situação que nós temos ao nível dos projectos e, por isso, frisei que o nosso grande problema são recursos humanos capacitados. Se tomarmos o sistema de água de Lembá, o estudo próprio estava errado e tivemos que o corrigir para que de facto a água pudesse funcionar. Há muitas deficiências mesmo na parte da concepção do estudo. Mas, quero dizer que a água tem que ser vista, não só na dimensão da água potável, porque hoje o que tem acontecido também é que a água potável tratada, que custa dinheiro ao Estado, tem sido também como a água de rega. Ora, é um desperdício e até do ponto de vista da saúde das plantas cria problemas. Porque, são águas que têm produtos químicos e estamos a utilizar para a rega. Daí que dentro da intervenção, nós falamos da necessidade de termos uma política de irrigação e de reaproveitamento de algumas águas para a agricultura e não usamos para agricultura águas que custam dinheiro aos contribuintes, nomeadamente com o tratamento.

Quanto à estrada n.º 1 para Neves, essa estrada é a mais importante e economicamente para o País. Eu não sei se Lembá é que alimenta o País no domínio da agricultura. Mas, pelo menos, no domínio da cerveja, combustível, e provavelmente do peixe, Lembá tem um contributo enorme. Aquilo que se passou é o que acontece muitas vezes. Nós conseguimos o financiamento para protecção costeira. Esse financiamento necessariamente as obras iriam ser afectadas para protecção costeira, na altura não foi previsto financiamento para o piso. Daí que se verificou a deterioração do piso, uma vez concluídas as obras, carece de financiamento para podermos intervir. Quero dizer que já existe um estudo e precisa-se dele. Porque, o estudo e o financiamento já estão garantidos e dentro de alguns dias vamos fazer o concurso, que é financiado pela União Europeia. As pessoas têm que entender. O estudo vai demorar alguns meses e só depois o concurso e eu penso que a União Europeia tendo financiado o estudo estará na disposição de ajudar para financiar as obras, mesmo que não seja totalmente, mas estamos a prever com os encargos como fazer para tapar alguns buracos até que se possa fazer. Há coisas que demoram tempo e aí não podemos poupar. Também quero dizer que durante esse estudo pedimos questões um pouco mais complicadas, na medida em que o País precisa de inertes, e nós queremos ver se há alguma possibilidade de recuperação de alguns inertes corrigindo a estrada. Fazer dela uma estrada mais segura, mais larga, mais direita e aproveitando alguns inertes. Por isso, é que é um estudo mais complicado, mas para ver se fazemos qualquer coisa que sirva para muitos anos, na medida em que, volto a dizer, Lembá é um distrito por vocação industrial e deve ter as infra-estruturas para tal.

Salvo erro, o Deputado António Barros, quero dizer-lhe que tomei a boa nota das suas observações. A questão está a ser tratada. Quero dizer-lhe que os 85 mil litros, os 100 mil litros, alguns sectores dizem que chega para as 24 horas. Mas, a realidade é que não chega. Temos que procurar saber porquê que não chega para as 24 horas. Está a ser discutida essa questão.

A outra questão e acho que é sim senhor, o Príncipe precisa de 24 horas de energia. Também foi colocado essa questão de que o barco quando vai, a capacidade do mesmo para levar mais combustível que seria uma solução. Ele teria que ir mais frequentemente. Estamos a ver qual é o custo de mais rotação unicamente para levar combustível. Essas questões estão a ser trabalhadas. Evidente que naquilo que é a continuidade territorial o Estado tem que assumir. Mas, como sabem se Estado tem que assumir nesse capítulo, temos que poupar noutros capítulos de modo que as coisas possam funcionar.

Acho que são mais ou menos essas questões.

Sr. Presidente: — Portanto, vou abrir mais um ciclo de debates. Gostaria de saber, Sras. e Srs. Deputados, se há eventuais dúvidas.

Gostaria de convidar a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para usar da palavra.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caros Deputados e caras Deputadas. Queria desejar pão, paz e amor para todos os são-tomenses e todos quantos residem em São Tomé e os que estão fora.

Uma voz: — E o Príncipe?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — São Tomé e Príncipe. Fora de São Tomé já inclui o Príncipe.

Risos gerais.

Sr. Primeiro-Ministro, o que me traz aqui foi a sua intervenção sobre o Estado da Nação, em que se referiu a um montante que diz respeito ao Distrito de Caué. Sr. Primeiro-Ministro, afirmou que a Câmara Distrital de Caué recebeu um montante de 7 mil milhões de dobras, mas os documentos que tenho em mãos dizem que, para o orçamento de investimento, a Câmara Distrital de Caué só recebeu dois mil milhões e meio de dobras, para o investimento. Se juntarmos o investimento e as despesas correntes, não dá esse valor que o Sr. Primeiro-Ministro referiu-se aqui.

Falando do Distrito de Caué, Sr. Primeiro-Ministro, aquando do orçamento do cidadão, fiz o uso da palavra, mas não o fiz como Deputada da Nação, mas sim como cidadã daquele distrito e deste país, que é São Tomé e Príncipe. Sr. Primeiro-Ministro, fui a oitava pessoa que interveio, respondeu-me que aquele espaço não era para falar de política, mas sim aqui na Assembleia Nacional.

Sr. Primeiro-Ministro, está a me dar razão, porque na altura do orçamento do cidadão, quando falei para não nos ver, ou seja, a população do Distrito de Caué como enteada. O senhor levantou-se todo nervoso e disse que não havia enteados nem filhos, mas sim um Primeiro-Ministro para todos. As outras Câmaras Distritais têm regalias, a Câmara Distrital de Caué não tem beneficiado. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, quero que me dê razão, porque penso que é o contrário. Gostaria de dizer que na realidade é um Primeiro-Ministro de todos os são-tomenses, e tem visto para todos os distritos, de todas as formas legais todos têm os mesmos direitos e deveres.

Aplausos da bancada do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Macumbo, para uma intervenção.

Uma voz: — José Manuel...

O Sr. **José Manuel Costa Alegre** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Só para ajudar os Srs. Deputados o meu nome é José Manuel Macumbo Costa Alegre.

Risos.

Inicialmente não tinha a perspectiva de intervir hoje. Algumas pessoas que me conhecem, sabem qual é a minha forma de ser, dificilmente eu faço intervenções e gosto muito de remeter-me ao silêncio. Mas com a intervenção da Deputada que me antecedeu, ficar no silêncio poderá ser considerado como uma mentira. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, quero felicitá-lo pelo excelente trabalho que tem feito, mas queria realçar uma frase que várias vezes o Sr. Primeiro-Ministro tem feito o uso, que são as zonas prioritárias, ou seja, distritos ou regiões prioritárias e nesta prioridade inclui Caué, Lembá, e Região Autónoma do Príncipe. Nesta perspectiva, enquanto Deputado e cidadão, o *feedback* que tenho recebido do Distrito, compreenderão que eu falarei mais de Caué, não que esteja a puxar a brasa para minha sardinha, mas tenho recebido o *feedback*, eu tenho presenciado alguns aspectos. Transmitir-lhe, S. Primeiro-Ministro, uma mensagem de gratidão que tem estado a vir daquele distrito, principalmente pelo facto da Região de Ribeira Peixe a alguns anos nunca ter tido a energia e agora haver em Porto Alegre e Malanza, isto é uma mais-valia. Aproveito este momento para realçar, embora um colega já tenha feito referência a isso. O quê que a energia significa para um povo, uma nação e um cidadão?

Se eu tiver que realçar o desenvolvimento, eu tenho primeiramente que tocar na energia como pilar essencial para alavancar o desenvolvimento. Não estaria a falar tão-somente no aspecto tecnológico, mas na motivação que ela traz no quotidiano e no alavancar da própria economia e da força da população que é beneficiada com essa própria energia.

Eu tenho uma zona como referência e ela até nem está no meu distrito, que é o Distrito de Caué. Está no Distrito de Lembá que é Mato Cana...

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Uma voz: — Distrito de Cantagalo.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Distrito de Cantagalo, perdão! Tenho a referência de Mato Cana pelo seguinte. Conheci esta zona numa altura em que não existia a energia. A força física e a motivação eram diferentes. Com o aparecimento da energia isso gerou o quê? Posso citar até uma pequena história do que significa a motivação.

A certa altura uma menina de nome Rosa recebeu uma mochila cor-de-rosa do professor e, era uma região tão pobre, caricata e não havia o desenvolvimento era completamente miserável a região. Os pais da menina quando souberam que o professor ia visitá-los, porque a menina era uma boa aluna e que recebeu a mochila, fizeram o quê? Prepararam o quintal, tiraram o capim, fizeram um jardim e pintaram a casa e o professor quando chegou, gostou e almoçaram. Consequência disto, o outro vizinho disse, se ele fez assim é porque eu também posso. O outro vizinho também preparou o seu quintal e também pôs lá as flores e assim sucessivamente, e isso teve um efeito dominó. Com a energia acontece a mesma coisa. Automaticamente que uma região em que haja energia o cidadão vê-se na necessidade de comprar um frigorífico, um televisor porque ele quer acompanhar a notícia e assim sucessivamente.

Dizer que a energia não representa o desenvolvimento, do meu ponto de vista,...

Murmúrios.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quem disse isso?

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Deputado, quero fazer uma referência e tenho que fazê-la. Cada vez que faziam intervenção, não sei se repararam na minha postura, exijo isso também, pelo menos, enquanto estiver no uso da palavra.

Aplausos do ADI.

Na minha perspectiva, a energia é o pilar do desenvolvimento, para não dizer o cordão umbilical de todo o desenvolvimento está na energia porque ela motiva um conjunto de coisas que estabelece a meta do desenvolvimento.

Estas palavras são para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que o pessoal de Caué, nas zonas que foram contempladas com energia, está bastante agradecido e, pessoalmente, sinto o efeito dessa energia na vida da população. Sr. Primeiro-Ministro fez referência que no decorrer deste ano a energia poderá chegar até São João dos Angolares, 24 horas por dias, quiçá até Ribeira Peixe, por isso só temos que agradecer.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados mais intervenções! Sras. e Srs. Deputados, será que não há mais intervenientes. Não havendo, gostaria de convidar os líderes parlamentares,...

Murmúrios.

Sr. Deputado, andei a solicitar se havia mais deputados que quisessem intervir e ninguém levantou a mão, quando quis passar para outro ponto, já querem falar.

Vamos ordenar as nossas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, se criou qualquer transtorno na condução dos trabalhos, por não me ter inscrito a tempo, peço desculpa.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caras Deputadas e caros Deputados, trago algumas questões.

Sr. Primeiro-Ministro, durante a sua intervenção, eu sinalizei alguns pontos que acho útil tocar, independentemente de alguns já terem sido citados pelos Deputados.

Falou sobre a questão da energia, da nacionalidade, das metas que a educação quer atingir e uma dessas metas é o ensino de qualidade e também abrir o País ao mundo. Gostei muito e vou citar e segui-lo na seguinte frase: «Nada se consegue sem os outros.»

Penso que ao nível dos ministérios deve-se inculcar aquilo que é a programação deste Governo com esta frase.

No orçamento passado, o Sr. Primeiro-Ministro também ensinou-me outra frase que no decorrer da minha intervenção falo dela: «louvor para uns, aqueles que lançam pedra e louvor também para aqueles que inauguram obras.»

A minha primeira questão é sobre a educação. Em relação a isto, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, qual é a política desse Governo para esta área?

No governo anterior tínhamos o princípio da descentralização, o que permitiria construir sala de aula e levar 10.^a e 11.^a classe aos distritos distantes, nomeadamente Lembá, Caué e Lobata. Hoje o processo inverteu-se. Gostaria de obter explicação do Governo sobre o que se pretende com essa política da descentralização, porque vemos crianças que vão, sobretudo as de Lembá, quero falar com propriedade disso, a Trindade ou Algés, elas gastam no mínimo 150 000, 00 (cento e cinquenta mil dobrás), com o transporte e sem lanche.

O que melhorou? Será que essa política traz mais qualidade de ensino? É uma política definitiva ou o Governo está a estudar melhorias?

Não sei por que razão se tira a 11.^a classe em Lembá e Lobata. Hoje, pelas informações que tenho o curso nocturno de 5.^a a 10.^a classe também já não funciona nesses distritos.

Aquando do debate sobre o pedido de autorização legislativa sobre a questão do visto, abrindo São Tomé e Príncipe ao mundo, para projectar o País para o desenvolvimento, levantei uma questão e continuo a insistir. Qual é a compensação? O Governo já estudou uma compensação para São Tomé e Príncipe para facilitar os pedidos de vistos?

Podemos identificar dois ou três casos, por exemplo, para estudantes, homens de negócio que querem também sair e fazerem os seus negócios, a questão da saúde, pelo menos para Portugal, para permitir que esses estudantes ou homens de negócio possam negociar no quadro dessa isenção de visto, para que são-tomenses tenham essa facilidade, sobretudo para Portugal ou os países da CPLP.

E há outro problema. Como sabem, a embaixada tem uma dificuldade financeira. Hoje isentam os vistos, como é que se vai arrecadar receitas, quando há dificuldades de se transferir dinheiro para as embaixadas? Talvez essa era umas das formas que as embaixadas tinham, com o pedido de visto, para arrecadar alguma receita para fazer funcionar os seus serviços.

Porque os documentos não são facultados quando solicitamos, por isso é que nos obriga em cada sessão plenária estar a colocar as questões.

A informatização da Segurança Social, pelas informações que temos custa cerca de 600 000,00 euros. Não sei se o valor é muito, pouco ou médio, por isso gostaria de obter uma explicação sobre essa informatização.

No ano de 2015, o Governo teve que recorrer a títulos de tesouro. Não sei, por isso que gostaria de obter informações. Segundo o regulamento do Banco, o prazo dos bilhetes de tesouro não devem ultrapassar um ano. Gostaria que nos explicassem sobre esse dossiê porque, de acordo com o regulamento, o prazo terminou a 31 de Dezembro.

Outras questões que se falou aqui, não vou repisar porque o meu Grupo Parlamentar já não tem tempo.

O Sr. Primeiro-Ministro tocou numa questão que tem sido, enfim, muito publicitada que é a questão da nacionalidade, hoje, na sua intervenção coloca outra vez a questão da nacionalidade.

Se coloco esta questão é para refrescar porque de vez enquanto muita gente não tem documento porque o Governo assume a paternidade praticamente desse dossiê, mas temos que fazer entender que é um processo que já vem. Se pegarmos na Lei 6/90, depois faculto a cópia, ela diz no seu artigo sobre o direito de nacionalidade aos cabo-verdianos e angolanos desde 1990. E vou fazer a distribuição para os Srs. Deputados lerem.

Hoje o Governo actual fala da isenção, já houve no XV Governo duas medidas do Conselho de Ministros. A primeira, «...para que todas as medidas fossem tomadas no sentido de facilitar a regularização da situação dos cidadãos estrangeiros, residentes em São Tomé e Príncipe, a data da independência. Conselho de Ministros em 2014.»

A segunda questão, «...isentar os requerentes de emolumentos, isto é, de qualquer pagamento até emissão do bilhete de identidade.»

Tudo isso é um processo que já vem e no governo anterior tinha-se criado comissões para trabalhar a nível de todos os distritos, de Água Grande, Caué, Lembá e posso citar exemplo de dois distritos. Por exemplo, em Água Grande Dr. Carlos Lopes, Mé-Zóchi, Dra. Janet Sanches.

Se há louvor para quem está a implementar é preciso também fazer referência ao dossiê até que se chegasse até aqui.

Fornecerei a Mesa os despachos conjuntos do governo, tenho cá e também para darem uma vista de olhos na Lei 6/90 que faz referência a Lei de nacionalidade. Os cabo-verdianos já votavam em São Tomé, quem retirou? Isso foi retirado em 1994/95, salvo erro, por antigo Presidente da República, Miguel Trovoada.

O Sr. **Ministro da Presidência, do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — O presidente não faz a lei.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Foi retirado, simplesmente. Por isso, a questão de paternidade é preciso nós,...

O Sr. **Ministro da Presidência, de Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — O presidente não faz a lei.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, enfim, não gosto de entrar nessa. Mas eu facultarei os documentos.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, na sequência da intervenção do Sr. Deputado que me antecedeu em relação à questão dos vistos, fico com uma preocupação e quero questionar o Governo.

Abriu-se o leque para os estrangeiros entrarem sem visto. Se calhar o Governo descobriu lá as suas vantagens, mas em todo lado há vantagem e desvantagem.

Temos a situação dos nossos conterrâneos que têm tanta dificuldade em conseguir vistos para viajar.

É verdade que ao nível nacional fala-se do aumento de índice de criminalidade, mas se compararmos com outros países, creio que no *ranking* São Tomé e Príncipe está muito abaixo.

Daí que não entendo porque há tanta dificuldade de um cidadão que vive num país que tem essa marca não poder obter um visto para viajar. Há momentos, pessoas com dinheiro mesmo para ir fazer o seu tratamento em Lisboa não consegue o visto para viajar, enquanto estamos a abrir o caminho para as pessoas virem não estamos a criar condições para os nossos poderem ir.

Isso é uma preocupação e há muita gente de facto aborrecida porque quer viajar, metem documento, paga o pedido de visto e apanham indeferido e nunca mais se resolve.

Temos a questão da água. Se o Governo está a pôr água é muito bom, porque as pessoas beneficiadas estão satisfeitas, mas por outro lado há aqui uma política de abrir-se um buraco e tapar outro. A mesma forma como há pessoas a elogiarem o Governo porque está a colocar água nas suas localidades, há pessoas também aborrecidas porque nas suas localidades a água está a secar, e São João da Vargem é um desses locais. Não gosto muito de falar de São Tomé porque não vivo aqui, mas é um lugar que frequento muito, lá água demora 3, 4 a 5 dias para correr e é uma zona que tinha água constantemente.

Ainda falando sobre a questão da água, queria pedir-lhe porque tomei conhecimento de uma lavandaria na Praia Cruz. Esta lavandaria foi construída pela Sra. Deputada Maria das Neves que é uma deputada que tem estado ao longo destes anos muito preocupada com a situação de muita gente, e tem estado a colaborar para ajudar...

Murmúrios.

A Sra. Deputada construiu uma lavandaria na Praia Gambôa. No entanto, começou essa aceleração da Câmara de Água Grande de inaugurar e reinaugarar, porque há coisas que estão a ser reinaugaradas, sobretudo as lavandarias e os chafarizes. Lá na Praia Cruz, se calhar não foi aceite porque disseram que houve uma pessoa que construiu. Já havia água lá, mas essa questão dos camponeses desviarem água para as suas plantações a água secou e a lavandaria degradou-se. A Sra. Deputada foi lá novamente reparou a lavandaria, fez o pedido de água a EMAE, mas simplesmente porque querem o aproveitamento político, porque não pode ser a Sra. Deputada a pôr água na Praia Cruz, o Sr. Presidente da Câmara de Água Grande, juntamente com o senhor delegado da EMAE inviabilizaram todo o processo de colocação de água nessa lavandaria.

Se analisarmos as consequências, a Sra. Deputada não vai apanhar água lá, não vai lavar roupa lá, ela fez para a população e não se pode por um capricho político estar ali a prejudicar uma população simplesmente porque a Sra. Deputada não pode ter esse louvor de pôr água na Praia Cruz. Peço a sua intervenção nesse sentido, já há pedido na EMAE, já está tudo legalizado, para que se ponha água na lavandaria de Praia Cruz.

Uma última situação, preciso me informar, não gosto de estar a falar coisas e depois passar vergonha. Quando o Sr. Primeiro-Ministro falava sobre transferência de verbas para as câmaras, se não ouvi mal falou de 77 mil milhões para o Príncipe.

Quero a confirmação desses números, se não der para hoje falaremos disso no orçamento e também disse que pagou 40% para aquisição de geradores. Vou querer uma explicação detalhada sobre essas questões, porquê?

Temos deputados na Assembleia Regional e quando questionam o Governo Regional sobre as receitas da HBD e outras, o que se faz com essas receitas e aquilo que vem de São Tomé, o que ouvimos lá,...

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Sr. Deputado, com a sua permissão, acabou o seu tempo, mas o Grupo Parlamentar do PCD deu-lhe mais 2 minutos.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a resposta que lhes dão é que a receita da HBD comprou gerador, tem feito algumas despesas porque a nível nacional não tem havido transferência. As transferências não atingem uma percentagem desejada.

Por isso, queria uma explicação nesse sentido para saber se o Governo central está ou não a mandar o dinheiro para o Príncipe. Sou um deputado que sempre pedi muito para o Príncipe, continuo a pedir porque

o Príncipe precisa e tem necessidade, mas também vou querer ter o controlo daquilo que vai para o Príncipe.

De facto, quero saber o que se está a fazer com as receitas que vão para o Príncipe a favor da população.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Costa.

A Sra. **Ângela Costa Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra, Srs. Ministros, caras e caros Deputados, caros presentes, boa tarde. Desejo a todos cá presente feliz 2016, que tenhamos sucesso e que apostemos realmente no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha maior preocupação é sobre o que acabou de falar o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, referente às transferências que são feitas para a Região Autónoma do Príncipe.

Foi muito bom fazermos esse exercício, hoje, porque vem demonstrar o contrário de que o governo Regional sempre faz transparecer a população do Príncipe, dizendo que não tem havido transferência do governo Central ao governo Regional para resolver os problemas na Ilha do Príncipe. Inclusive puseram já em causa o pagamento de horas extraordinárias aos funcionários públicos, alegando sempre que não há transferência de São Tomé para a Ilha do Príncipe.

Também para dizer que tirando o problema de energia existente neste momento na Ilha do Príncipe, faço-me mensageira da população daquela Ilha, independentemente de tudo que o governo Regional e alguns fazem contra o governo Central, sobretudo quando é o Governo do ADI. Queria dizer que a população está satisfeita com as acções do Governo, independentemente de não existir grandes acções, isto porque temos o governo Regional, mas têm visto na televisão, ouvido na rádio e através da rede social.

Eu desejo ao Sr. Primeiro-Ministro e a sua equipa que tenham mais força, coragem para continuarem esse trabalho.

Quanto à questão de reforma, que ela deve continuar e que sejam mesmo determinantes em realizá-las. Porque se não as fizermos estaremos a apanhar água com cesto, não iremos conseguir esse desenvolvimento que todos nós desejamos já há muitos anos.

Quanto à questão de nacionalidade aos cidadãos estrangeiros residentes em São Tomé e Príncipe desde 1975, muitos governos falaram, muitas medidas foram ditas, mas não foram executadas. Então, vamos deixar desse protagonismo, como Sr. Deputado do MLSTP/PSD acabou de dizer que já vem sendo feito há muito tempo por outros governos. Falaram, mas não foi executada, quem executou nesse momento é o XVI Governo.

O importante é que essa medida foi executada neste momento. Para dizer a todas as deputadas e deputados cá na sala, muitos desses cidadãos faleceram por não terem direito a uma evacuação médica e agora têm esse direito, igual a qualquer um são-tomense. Acho que deveríamos felicitar ao Governo por ter a habilidade de dinamizar esse processo. Porque lutaram, participaram sempre no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Espero que de uma vez por todas, estamos em pleno início de 2016, mudemos a nossa forma de fazer política. O que está bom, vamos dizer que está bom, o que está mal, vamos dizer que está mal.

O Governo está a trabalhar, toda a gente tem visto. Os deputados e a população em geral, todos os dias estão a felicitar o trabalho do Governo. Somos representantes, sim senhor, mas vamos fazer aquilo que a população diz e não dizer aquilo que está a sair da nossa mente. Por favor, vamos de uma vez por todas, vamo-nos unir em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, isso é o mais importante neste momento.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, José Diogo.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz de Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho aqui só para refrescar a memória de alguns porque em 1991, todos os cidadãos estrangeiros que residiam em São Tomé, após a independência já votavam. O meu pai, minha mãe e os meus tios votaram em 1991. Depois de 1995 retiraram esse direito aos cidadãos que residiam em São Tomé e Príncipe, na altura, porque davam a vitória ao MLSTP/PSD.

Não é nada mais, nada menos que um direito que esse governo liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, está a fazer. O pai e outras pessoas mais fizeram com que elas deixassem de exercer esse direito. O pai tirou agora o filho tem que repor.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Afonso.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, caras e caros Srs. Deputados, boa tarde. Aproveito para saudar a todos e desejar um bom ano de 2016, para que efectivamente seja um ano de trabalho.

Junto a minha voz aos outros, para dar os parabéns ao XVI Governo, dirigido pelo Sr. Dr. Patrice Emery Trovoada, em todas as acções, pela coragem que tem em dar resposta às grandes preocupações deste povo.

Muitas coisas aqui foram ditas, não queria intervir hoje, mas faço-o porque o deputado que me antecedeu, disse algo que me chamou atenção. O Governo, através da voz do Sr. Primeiro-Ministro, fez aqui uma explanação muito brilhante, o que deu para nós refrescarmos a nossa mente, para os que quiseram refrescá-la e os que não quiseram, obviamente, ficaram sem a refrescar. Daí que eu faço alusão a essa questão, dizendo que São Tomé e Príncipe está de parabéns, porque muitos que não tinham esperança de ver a energia chegar às suas casas, hoje têm energia. Por isso, dou os parabéns a este Governo. Igualmente muitos que não tinham a possibilidade de ter água potável, hoje beneficiam deste produto muito importante para a nossa vida. No entanto, quando o Sr. Deputado que me antecedeu disse que a população de São João da Vargem carece de água potável, eu lamento, porque, se calhar, falta efectivamente em casa de quem o disse, mas das outras pessoas com as quais convivo, porque vivo lá, não falta água.

Estamos, pelo contrário, todos os dias a agradecer a este Governo, porque eles além de terem água, fazem com que os outros também sejam beneficiados.

Essa questão de nacionalidade, muita gente aproveita para falar, mas acho que é uma questão de tempo.

Essa política de vir cá para brilhar, parece que está ultrapassada, porque é uma questão iniciada já há muito tempo, é verdade, mas os que iniciaram pararam. Assim, o tempo avançou e essas pessoas perderam-se no tempo. Agora é tempo de dar os parabéns a este Governo, aplaudir as suas acções, porque os nossos compatriotas já têm a nacionalidade e beneficiam de tudo quanto um são-tomense beneficia.

Caríssimos, nós temos muito tempo, certamente farei outras intervenções, gostaria de dizer a este Governo, para que continue, efectivamente, porque está no bom caminho, e se o Governo está no bom caminho, quero dizer que, eu como são-tomense que quer um São Tomé livre e independente, só agora sinto a independência...

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — *Sim senhor!*

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Queria dizer ao Governo que continue a fazer as acções que vêm fazendo, que continue a dar conta do recado que o povo tem estado a solicitar, e aqueles que acham que ainda estão a dormir, podem continuar a dormir, o comboio está a avançar.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, apenas para informar mais uma vez que na Conferência de Líderes tínhamos programado esta Sessão Plenária, que em princípio deverá terminar às 15 horas, pois falta pouco tempo para terminarmos. No entanto, vou dar a palavra a mais um Deputado e depois passaremos a palavra aos Líderes Parlamentares para se pronunciarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Costa Alegre, para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Presidente, serei bastante breve. Era só para realçar essa questão da nacionalidade. A forma como estão a fazer a abordagem da nacionalidade até parece que as pessoas conseguiram um cartão de eleitor. As pessoas estão a dizer que votavam, é como se fosse um cartão de eleitor. Srs. Deputados isso é muito mais do que um cartão de eleitor. É uma nacionalidade!

E obter uma nacionalidade é adquirir tudo quanto está associado, agregado a essa nacionalidade. Tudo quanto um são-tomense tem, um cabo-verdiano que conseguiu isso, automaticamente passa a ter também. Eu sou testemunha disso. A minha esposa era cabo-verdiana e com esse processo ela passou a ser são-tomense. Portanto, não podemos ver a questão apenas no âmbito da pessoa ter direito a voto ou não. Não é isso. É como se estivéssemos a subestimar a importância desse documento tão importante que o cidadão outrora cabo-verdiano ou, se calhar, com duas nacionalidades. Hoje com a nacionalidade são-tomense está só a ter, por exemplo, direito à bolsa, à junta médica, tudo quanto nós temos os cabo-verdianos passam a ter também. A forma como a questão esta a ser abordada é como se a pessoa apenas ganhasse o direito de votar. Falou-se aqui que anteriormente votavam, não é só isso, é o direito à cidadania são-tomense.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Vou admitir apenas a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro, para uma intervenção. Está ultrapassada.

Posto isto, vou rapidamente convidar os Líderes Parlamentares para poderem fazer as suas declarações. Vou começar por convidar o Sr. Deputado Danilson Cotú, Líder do Grupo Parlamentar do PCD.

Peço desculpa porque há perguntas que o Sr. Primeiro-Ministro ainda não respondeu. Vou passar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, depois convidarei o Sr. Deputado Danilson Cotú para passarmos à fase de encerramento.

O tempo é para ser respeitado. Apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer algumas precisões, quanto às transferências para a Região Autónoma e as Câmaras, nomeadamente a Câmara de Caué. Os números que foram dados são números que incluem despesas correntes e investimento. E foi-me ainda confirmado que se trata de sete mil e poucos milhões de dobras, que são para funcionamento e investimento.

Desculpem, isso é preciso perceber, no caso da Região Autónoma do Príncipe, o valor que foi mencionado aqui inclui, no caso de geradores houve uma factura correspondente a 40%, o valor dos geradores foi pago em 2015. Os Srs. Deputados perceberão facilmente que esses dados podem ser consultados, e num outro palco voltaremos a discutir.

Contudo, eu chamo a atenção, devido o próprio Estatuto da autonomia, para algumas questões porque têm que ser discutidas ao nível do Parlamento regional.

Eu não entraria então nesse debate, deixando aos Deputados regionais e ao Governo Regional discutirem, mas o Governo Central, evidentemente que disponibiliza os dados que são dados públicos.

Queria voltar a frisar isso, sem me imiscuir na política regional, mas na perspectiva do Governo Central tem havido colaboração. Como eu digo, não posso também dizer o contrário, temos estado de facto a trabalhar com o Governo Regional para encontrarmos soluções que, como sabem, são às vezes muito mais difíceis ainda na Região Autónoma do Príncipe do que na própria ilha de São Tomé.

Quanto à questão da informatização da Segurança Social, de um modo geral, no nosso país tem havido muitos pequenos projectos de informatização. Esses projectos de informatização informatizam às vezes o existente sem melhorar o existente, quer dizer que põe-se computadores, etc., mas no fundo aquilo que a informatização deveria trazer, que é celeridade, transparência, simplificação, não existe. Existe muito dinheiro, sim, em vários pequenos sectores para a informatização e nós não sentimos os efeitos a nível da modernização da Administração Pública e da facilidade com a qual os cidadãos têm acesso aos serviços do Estado.

Daí que com um serviço tão importante como a Segurança Social, teve-se que, enfim, entrar num outro programa de informatização, nesse caso, com a cooperação do Instituto de Governação Electrónica de Cabo Verde (NOSI), num valor de 430 000,00 euros, e nesse valor implica uma assistência técnica de 10 meses e formação em Cabo Verde dos nossos técnicos. A assistência técnica e a formação, os dois rondam 190 000 euros.

Quanto à questão dos vistos, como eu também disse, não temos muito por onde escolher.

Houve países que praticaram a política da reciprocidade. Países que os cidadãos, nomeadamente europeus, entravam sem visto, países com vocação turística e que resolveram, porque eles não tinham acesso, sem visto, aos Estados *Schengen*, resolveram repor os vistos. Demorou menos que um ano, e tiveram de voltar atrás.

De facto, se nós quisermos incrementar o turismo, temos que ir por essa via.

É verdade, como disse o Sr. Deputado, há custos e benefícios, mas nesse particular, há mais benefícios do que custos. Agora, é verdade que nós podemos muitas vezes nos sentir um pouco, enfim, melindrados, para não dizer outra coisa, pelo facto de nós não termos também esse acesso fácil a esses países.

Nós, ao nível da CPLP, temos estado a trabalhar, salvo o erro, o Brasil é que não aderiu no que diz respeito aos estudantes e outras categorias, mas eu penso que ao nível da CPLP, temos uma comunidade que nesse aspecto é bastante sensível, poderemos aumentar o acesso ou a fluidez para certas categorias profissionais, jovens, empresários, cientistas, etc.

Mas, eu confesso que com tudo que tem acontecido no mundo hoje ao nível dos Estados *Schengen*, as coisas irão tornar-se cada vez mais difíceis. Mas isso não pode nos levar a reagir ao ponto de também fecharmos. Toda a gente nota que desde que temos três frequências com a TAP, que escala ACRA, a política também de não exigir vistos para os europeus residentes nesses países e as pessoas que detêm o visto *scheguen* tem facilitado o aumento de turistas que vêm visitar São Tomé e Príncipe.

Nada mais posso acrescentar na nossa política externa, temos uma política de aproximação dos países *scheguen* e de levar essas preocupações. Os países *scheguen* vão provavelmente instalar um centro no país de processamento de visto *scheguen*. Isso quer dizer que é um bom sinal e que somos um país que merecemos alguma confiança. Não sei se isso trará em contrapartida alguma flexibilidade. Não tenho elementos para acreditar nisso e como todos sabemos hoje com a questão da segurança e de refugiados o espaço *scheguen* está-se a tornar de acesso mais difícil. Até se questiona a sobrevivência do *scheguen*.

Contudo, o Governo sabe que é preciso ter algum cuidado sobretudo ao nível da segurança, com a abertura para os vistos de turismo e que é relativamente curto. Algumas melhorias ao nível do aeroporto e sobretudo da cooperação internacional para também podermos proteger o nosso espaço do território nacional.

Quanto aos bilhetes de tesouro é uma questão que foi resolvida. Foram pagos atempadamente. É uma questão de credibilidade do sistema. É um instrumento importante para o sistema financeiro e para a gestão de tesouraria. O que permite nessa primeira operação ganhos de credibilidade ao nível do sistema e a partir daí continuar com esse tipo de operações.

A questão da educação é muito importante e sensível. Irei depois pedir ao Sr. Ministro da Educação para detalhadamente explicar o que se passa.

Eu quero dizer mais uma vez que o Distrito de Caué não é enteado. Nós temos estado, quer o Governo Central, quer em colaboração com a Câmara, a fazer algumas coisas naquele distrito, eu penso que a mais importante, volto a dizer, será a energia. Nós também conseguimos finalizar o projecto de protecção costeira em Malanza. Não sei se foi lançada, mas deverá brevemente ser lançada a estrada do cemitério de São João dos Angolares, um polidesportivo e uma praça digital. É verdade que este ano vamos ter que resolver a situação de mais uma ambulância e autocarros escolares para o distrito.

A Sra. Deputada entenderá que não se consegue a 100% as coisas. Eu volto a afirmar, Caué não é enteado e nós somos todos seus filhos. É importante que se perceba uma questão ao nível de Caué, o custo das infra-estruturas em Caué é superior, mas muito superior do que nos outros Distritos. Eu explico porquê. É por causa da densidade populacional. Os problemas que levantamos aqui da água, de luz, etc.

Os 70% da população estão entre a Água Grande e Mé-Zóchi. Agora, quando estamos a levar a média tensão em Caué, temos que levar quilómetros e quilómetros, porque não há população. Corta-se através do mato. São custos. Por isso, a electrificação de Caué é extremamente elevada. Mas, temos que fazer. Daí que, o apelo que faço é que haja um pouco de compreensão naquilo que o Governo está a fazer.

Do ponto de vista dos incentivos fiscais, estamos nessa nossa política de territórios especiais de desenvolvimento, trazendo benefícios especiais para Caué, Lembá e em colaboração com o Governo regional para Região Autónoma do Príncipe, para de facto reequilibrar essa diferença de desenvolvimento entre alguns territórios nacionais e o resto do País.

Gostaria de concluir com essa questão de nacionalidade. Mas, que se fecha mesmo este capítulo para não correremos o risco de haver os santomenses de primeira e da segunda. Somos todos são-tomenses. Houve um Governo que executou e fez com que as coisas acontecessem e diria mais uma vez cada um a sua cota parte de mérito. Eu sei que é uma questão que suscitou e que tem suscitado muitas discussões em termos de protagonismo. Mas, acho que há um Deputado que deu uma resposta certa nisso e mais uma vez, eu espero que se encerre este capítulo. Porque, somos todos são-tomenses e para não se ficar com sensação que há uns que pensam que são mais são-tomenses do que os outros.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, agradeço-lhe pelo seu esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

Entretanto assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência** (Olinto Daio): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde. Queria desejar um feliz ano de 2016 a todos.

Agradeço ao Sr. Deputado Arlindo Barbosa pela oportunidade que se nos oferece com a sua pergunta para esclarecermos esta questão.

Concordamos consigo que é preciso a extensão do ensino secundário e afinal foi isso que nós definimos na estratégia da carta política em 2012, uma extensão a todos os distritos. No ano de 2013/2014, tentou-se fazer uma experiência, mas diminuímos seriamente na qualidade. Porquê? Porque, os professores que foram afectados não tinham formação. Não temos professores suficientemente qualificados. No ano lectivo 2014/2015, grande parte dos professores vinham de outros Distritos, nomeadamente de Água Grande e Cantagalo. Por causa da distância, tivemos cerca de 10 mil faltas dos professores no ano transacto. Como compreendem, isso afecta seriamente a qualidade e o sistema. Porque os alunos ficaram sem as aulas. Por esse facto, tivemos que tomar esta medida. Infelizmente ela trouxe consigo um custo adicional para o orçamento familiar, como disse, mas para minimizar, tivemos que tomar a outra medida complementar que era de diminuir o impacto financeiro das famílias. Isto é, diminuímos a taxa de transportes escolares concedendo a isenção para os pais com mais de dois filhos só pagam um passe. Por exemplo, os pais com três filhos pagam um passe, com quatro pagam dois e assim sucessivamente para facilitar o acesso ao transporte.

Em relação ao 12.º ano, tivemos também que avançar com a extensão desses três centros. Porque, só no ano lectivo 2014/2015, o 12.º ano saiu de 13 turmas para 30 turmas no Liceu Nacional e não havia condições para abrigar essas crianças e a única hipótese seria de 130 ou 140 alunos por turma e seria insuportável. Tivemos que, como plano de emergência, negociar com os senhores da escola de Algés,

Simão Touco, para fazermos essa distribuição. Fizemo-la sobretudo em função das áreas. Porque, como é uma escola nova que foi feita ainda não havia as condições laboratoriais. A única escola com condições laboratoriais para a ciência é o Liceu Nacional. Por isso, nós definimos que as áreas de ciências permanecessem no Liceu e as outras áreas foram para a Escola Manuela Margarido e Algés. E, mesmo neste ano lectivo o 12.º ano na escola Manuela Margarido, temos professores, mas não têm formação e estão a ter problemas. A medida, que temos para este ano 2016 e 2017, é a possibilidade de nós importarmos os professores estrangeiros para cobrir essa necessidade, que é o 11.º e o 12.º ano.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — De seguida e sem mais delonga, passo à palavra ao líder do Grupo Parlamentar do PCD, para fazer a sua intervenção. Segundo o Regimento da Assembleia Nacional no seu artigo 228.º, n.º 3 não ultrapassa 5 minutos.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Vice-Presidente, para dizer que nós demos a nossa contribuição hoje, na medida do possível, não obstante, nós termos entendido que o debate é extemporâneo, tendo em conta que teremos nos dias 7 e 8 a discussão do Orçamento Geral do Estado. Nesta altura, sim, nós teremos como dar de forma mais minuciosa e detalhada o nosso posicionamento em relação as discussões, tanto de hoje como desses 2 dias.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — De seguida passo a palavra ao líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD ou alguém indicado.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Excelência:

Gostava, em primeiro lugar, de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, bem como todos os Deputados aqui presentes, desejando os mais sinceros votos de um bom ano, com muita saúde e paz, condições indispensáveis para que estes dois Órgãos de Soberania possam cumprir com as suas funções ao serviço do povo de São Tomé e Príncipe.

Depois de termos seguido atentamente o discurso proferido pelo Sr. Primeiro-Ministro, consequentemente, os acessos debates aqui apresentados, a bancada do MLSTP/PSD gostava de sublinhar o seguinte:

Tratou-se, infelizmente, à partida de um discurso previsível, já bastante conhecido por todos na propaganda do Governo nestes últimos tempos. Porque, em vez de fazer o verdadeiro balanço do Estado da Nação, numa perspectiva séria e responsável, limitou-se a vangloriar os feitos e a enumerar realizações, esquecendo-se de que a maioria dessas acções provém do Governo anterior.

Pese embora, o Sr. Primeiro-Ministro saiba que não corresponde a realidade tudo quanto disse que fez, ainda teve a imprudência de dizer que são obras feitas, ou acções desenvolvidas pela primeira vez em 40 anos, num claro desprezo por tudo quanto foi feito pelos sucessivos governos ao longo destes quarenta anos de independência, onde Vossa Excelência teve a sua quota de responsabilidade como assessor do Presidente da República em dois mandatos do Presidente Miguel Trovoada, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro.

Não obstante ser do conhecimento de todos, desde a implantação do regime democrático em São Tomé e Príncipe, os sucessivos Governos desta República sempre se pugnaram por uma política de continuidade do Estado, como aliás constitui corrente em democracia.

O XVI Governo Constitucional tem feito tábua rasa a esta prática ignorando os mais elementares princípios do processo de construção de uma sociedade e consequentemente a implantação das suas estruturas com consequências bastante desagradáveis para a imagem e credibilidade do nosso País, enquanto Estado de direito democrático.

Sr. Primeiro-Ministro, o MLSTP/PSD não pode deixar de dizer publicamente a comunidade nacional e internacional que, depois de termos percorrido todo o país em contacto com a esmagadora maioria dos nossos concidadãos, a verdade é que um ano depois da governação do ADI, a situação de penúria e dificuldades crescente das nossas populações reflecte-se no claro aumento de custo de vida e da pobreza.

Murmúrios do ADI.

O verdadeiro estado da nação infelizmente não foi feito, o que foi feito é o que vai no imaginário do colectivo do ADI e do seu Governo, chefiado pelo seu líder, depois de tantas promessas feitas a este já martirizado povo.

No plano político institucional, assiste-se a um País verdadeiramente fracturado e com tendência a aprofundar-se, onde o Governo não respeita os demais Órgãos de Soberania, nomeadamente o Presidente da República,...

Murmúrios do ADI.

...Como facilmente constataam os cidadãos mais atentos. A comunicação social do Estado, tendo como patente as cores do ADI, converteu-se num órgão totalmente ao serviço da governação e do seu líder, sem qualquer contraditório democrático, desrespeitando a Lei de Imprensa, havendo até perseguição dos jornalistas e censurado os seus trabalhos.

Realizou-se a Conferência de Londres para captação de investimentos, a Assembleia Nacional não foi tida nem achada em todo o processo de definição de uma agenda para o desenvolvimento do País até 2030. Igual não foi dado aos Partidos Políticos com assento e sem assento parlamentar, sindicatos e principais associações socioprofissionais do País.

Para além da Administração Pública ter sido completamente partidarizada, têm-se marginalizado quadros de competência técnica e experiência reconhecidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, infelizmente acabou o seu tempo.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estou a terminar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem apenas segundos para finalizar.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Segundos! Não é suficiente.

O Sr. **Presidente**: — Então o seu tempo esgotou-se Sr. Deputado.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Quando o Sr. Ministro estava a fazer uso da palavra, deixamos terminar. Agradeço. Permita que termine.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só para esclarecer. Quando o Sr. Primeiro-Ministro estava no uso da palavra estava no seu tempo e ainda sobrou tempo ao Governo, se quisesse continuar poderia fazê-lo.

Segundo o Regimento, cada grupo parlamentar tem cinco minutos e foi antecipadamente avisado sobre isso. Por isso, dou-lhe mais alguns segundos para encerrar, não para ler aquilo que tem ainda para ler.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Quero dizer as Sras. e Srs. Deputados que o MLSTP/PSD está preocupado com a situação do País e queríamos passar uma mensagem real do que está a acontecer em São Tomé e Príncipe, o que não significa que estamos a constituir alguma instabilidade. Queremos, sim, a estabilidade e somos fiéis pela estabilidade do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Abnildo de Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar da ADI regista com agrado a humildade e clareza com que o governo apresentou o Estado da Nação. Depois de conhecermos o País real, sublinhamos que a situação económica e social de São Tomé e Príncipe exige de todos esforço conjugado, trabalho e disciplina.

O estado actual do País não é dramático, as mudanças e reformas já iniciadas pelo Governo devem continuar. Daí que o nosso grupo parlamentar felicita o Governo pelos sucessos alcançados e que prossiga com o seu programa de governação.

Neste ano de 2016 em que o mundo inteiro se depara com incertezas a nível internacional, a nível interno São Tomé e Príncipe tem os seus desafios, nomeadamente a realização das eleições presidenciais.

Neste particular, o Grupo Parlamentar do ADI insta o Governo, no sentido de não se deixar distrair nos seus propósitos, visão, rigor na administração e gestão da coisa pública e a todo o povo são-tomense o nosso apelo para juntos caminharmos em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Terminadas as intervenções dos grupos parlamentares, gostaria de convidar Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro para fazer o encerramento do debate, de acordo com o n.º 3 do artigo 228.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Vice-Presidente, gostaria de agradecer as Sras. e Srs. Deputados pela participação activa no debate que permitiu não só o Governo, mas todos os são-tomenses partilhar as preocupações, os desafios e as diferentes opções que podemos ter para termos a paz e um São Tomé e Príncipe melhor.

É evidente que nesta Casa também se faz política e entendo perfeitamente algumas mensagens que foram passadas, mas o que quero reter é que todos nós; Governo, deputados, estamos consciente de que o País precisa avançar e precisa de transformação.

Acredito que este debate foi útil, o governo procurou trazer aqui o máximo de informação disponível, procurou trazer a sua visão e análise que faz da situação em que se encontra São Tomé e Príncipe e do contexto internacional.

Queremos agradecer o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, a Mesa, os Srs. Deputados, por essa oportunidade, que penso, serviu os interesses do País, em primeiro lugar, do Governo em comunicar, os interesses da Assembleia Nacional em fiscalizar e interrogar o Governo sobre as suas acções.

Mais uma vez muito obrigado e um bom dia a todos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Sr. Primeiro-Ministro, com esta intervenção, terminamos os nossos trabalhos por hoje. Muito obrigado pela presença de todos e mais uma vez um bom ano a todos os presentes e a todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.